

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

SEFOU MOUHAMADOU DINE AHANNOUGBE

**DO REINO DE DAOMÉ À REPÚBLICA DO BENIN: Resquícios da
antiguidade política na forma atual**

Brasília
2018

SEFOU MOUHAMADOU DINE AHANNOUGBE

**DO REINO DE DAOMÉ À REPÚBLICA DO BENIN: Resquícios da
antiguidade política na forma atual**

Monografia, apresentada à
Universidade de Brasília, como parte
das exigências para a obtenção do
título de Bacharel em Ciência
Política.

Brasília, 10 de junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Orientador
Prof. ANINHO Mucundramo IRACHANDE, Professor

Avaliadora
Prof.a: Graziela Dias Teixeira

À minha família, por sua capacidade de acreditar em mim e investir em mim. Mãe, seu cuidado e dedicação foram que deram, em alguns momentos, a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinho nessa caminhada. Irmão mais velho Kiffouli Aliou; foi você que sempre me incentivou a acreditar que posso chegar aonde você não conseguiu ir.

AGRADECIMENTOS

A Allah (Al hamdulillah) por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Ao PLEI-UFPB que foi o primeiro órgão que me formou para essa batalha acadêmica, ensinando-me a língua portuguesa em toda sua complexidade, através das professoras: Cynthia Dionísio, Fernanda Morais, Laisy França, Alexia Eloar e Beatriz Xavier às quais devo todo o meu reconhecimento.

Ao meu orientador Aninho Irachande, pela paciência, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional que têm me dado desde minha infância, pois nada eu seria sem eles.

A INT-UnB pelos diversos apoios feitos sempre tanto no acompanhamento quanto para propiciar-me condições adequadas para levar em diante os estudos até aqui.

Ao ex prefeito de Seme-Podji Gbedan Mathias pelo incentivo, e toda contribuição que fez nessa caminhada.

Aos meus amigos que sempre me encorajaram nessa luta e acreditaram em mim.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO:

Segundo Aristóteles, o homem (enquanto ser vivo) é um animal político (Zoon Politikon), ou seja, o homem se realiza plenamente no âmbito da “pólis”, sendo que os homens se associam em células (da família ao pequeno burgo, e a união desses agrupamentos resultará no que será chamado posteriormente de “cidade e/ou Estado”). Essas formas vão sofrendo metamorfoses com o passar do tempo, e com as circunstâncias às quais estão postas. Tal é o caso da “República do Benin” (nomeação moderna), conhecido anteriormente como o “Reino do Danhomè (Daomé)”. É nessa linha que o presente trabalho se propõe a estudar a história da organização política do país em duas épocas diferentes a fim de averiguar se há alguns aspectos do passado político na forma de organizar atual. Nesse esforço, foram usadas fontes secundárias (livros, artigos, anais, reportagem, jornais). É uma forma de pesquisa exploratória que usa a metodologia comparativa para aproximar verificar as aproximações e distâncias entre as duas épocas.

Palavras-chaves: Organização política, reino de Danhomè (Daomé), república do Benin, Rei, presidente,

ABSTRACT:

According to Aristotle, man (as a living being) is a political animal (Zoon Politikon), that is, man is fully realized in the sphere of "polis", since men associate in cells (from the family to the small town, and the union of these groups will result in what will be later called "city and / or State"). These forms are undergoing metamorphosis with the passage of time, and with the circumstances to which they are placed. Such is the case of the "Republic of Benin" (modern appointment), formerly known as the "Kingdom of Danhome (Dahomey)". It is in this line that the present work intends to study the history of the political organization of the country in two different epochs in order to find out if there are some aspects of the political past in the current way of organizing. In this effort, secondary sources were used (books, articles, annals, reports, newspapers). It is a form of exploratory research that uses comparative methodology to approximate verifying approximations and distances between the two epochs.

Key words: Political organisation, Kingdom of Danhomè (Dahomey), Republic of Benin, king, president

RESUMEN:

Según Aristóteles, el hombre (en cuanto ser vivo) es un animal político (Zoon Politikon), es decir, el hombre se realiza plenamente en el ámbito de la "pólis", siendo que los hombres se asocian en células (de la familia al pequeño burgo, y la unión de esas agrupaciones resultará en lo que será llamado posteriormente de "ciudad y / o Estado"). Estas formas van sufriendo metamorfosis con el paso del tiempo, y con las circunstancias a las que están colocadas. Tal es el caso de la "República del Benin" (nombramiento moderno), conocido anteriormente como el "Reino del Danhomè (Daomé)". Es en esta línea que el presente trabajo se propone estudiar la historia de la organización política del país en dos épocas diferentes a fin de averiguar si hay algunos aspectos del pasado político en la forma de organizar actual. En ese esfuerzo, se utilizaron fuentes secundarias (libros, artículos, anales, reportajes, periódicos). Es una forma de investigación exploratoria que utiliza la metodología comparativa para aproximar verificar las aproximaciones y distancias entre las dos épocas.

Palabras-clave: Organización política, reino de Danhomè (danhomé), república de Benin, Rey, presidente,

RÉSUMÉ:

Selon Aristote, l'homme (être vivant) est un animal politique (Zoon politikon), c'est-à-dire, l'homme s'épanouit sous la « polis », étant donné que les hommes s'associent en groupes ou cellules (de la famille à la petite ville, et l'union de ces groupements aboutira à ce qu'on appellera plus tard "ville et / ou état"). Ces formes subissent des changements au fil du temps, et avec les circonstances dans lesquelles elles sont soumises. Tel est le cas de la « République du Bénin » (nomination moderne), anciennement connu sous le nom « royaume du Danhomè (Dahomey). » C'est dans cette optique que le travail a pour but d'étudier l'histoire de l'organisation politique du pays en deux temps différents pour voir s'il y a certains aspects du passé politique dans la forme d'organisation actuelle. Dans cet approche, des sources secondaires ont été utilisées (livres, articles, annales, reportages, journaux). Il est une forme de recherche exploratoire utilisant la

méthode comparative pour se rapprocher de vérifier les approches et les distances entre les deux saisons

Mots-clés: organisation politique, royaume du Danhomè (dahomey), république du Bénin, roi, président

Sumário:

1- Introdução:.....	09
2- Capítulo primeiro: A organização política do reino de Danhomè	11
3- Capítulo segundo: A organização política da República do Benin	28
4- Capítulo terceiro: Metodologia e análise:.....	37
4.1- Metodologia:.....	38
4.2- As Variáveis:.....	40
4.3- Análise comparativa:.....	42
4.4- Considerações finais do capítulo:.....	48
5- Conclusões:.....	49
6- Notas:.....	51
7- Referências:.....	52

INTRODUÇÃO

Fundado na primeira metade do século XVII (1600) e conhecido inicialmente como reino de Abomey, o reino de Danhomè é um dos reinos mais conhecidos do continente africano que se expandiu a partir das guerras de conquista nos reinos vizinhos que acabaram incorporados. Esse reino existiu do século XVII ao século XIX quando o país foi conquistado pela França (1894) que o batizou de “colonie du Dahomey” (colônia do Daomé), a qual ficou sob administração colonial até sua independência em 1960 sob o nome de “République du Dahomey” (República do Daomé). Em 1894, Danhomè foi derrotado por uma força expedicionária da França e tornou-se parte da colônia francesa de mesmo nome. “A colonização é econômico e social, mas é principalmente política. A este nível, é revelado como um processo de desintegração e reintegração do espaço Africano, e também desintegração das velhas instituições” Simon-Pierre Ekanza no seu artigo “Le double héritage de l’Afrique”.

Esses diferentes momentos do país fez o mesmo experimentar diferentes formas de organização. Em outras palavras, a organização política evoluiu de acordo com os momentos históricos do país. Entender a vida política do país atualmente pede que tenha um entendimento fundamentado de sua vida passada. Entende-se por “entendimento fundamentado” um estudo com base no relativismo e não à base de juízo de valor, recusando todo uso de evolucionismo. Segundo Lévi Strauss em “Raça e História” “o evolucionismo ocorre porque o Ocidente vê a si mesmo como finalidade do desenvolvimento humano. Isso gera o etnocentrismo, ou seja, o Ocidente vê e analisa as outras culturas a partir de suas próprias categorias”. Porém, É de se notar que a idéia que se propaga é de que as organizações tradicionais, que envolve cultura, etnia, família são os freios ao sucesso da democracia na África; idéia errônea que não estuda que antes da colonização, a maioria dos Estados já se organizava em formas monárquicas que não se distanciam da monarquia inglesa

Baseando-nos nesse trecho e tendo como missão investigar a história política do país desde a época do reino aos tempos atuais ressaltando os elementos do passado que podemos encontrar na organização ainda vigente no país no momento, a pesquisa se dá o trabalho de investigar dentre os elementos institucionais trazidos pela nova forma de organização política herdada da colonização, se ainda existem elementos da antiga forma de

administração política (no reino de dahomey), ou se essas formas ditas novas não seriam nada mais que mudança na forma de nomear. Em outras palavras, analisar “Organização política e administrativa do *reino de Danhomè* à República do Benin”, buscando ressaltar se há elementos na forma de organização moderna que já se faziam presentes antigamente.

Apesar de grande número de trabalhos feitos sobre o país (do reino de Danhomè à república do Benin), nenhum fez questão de perguntar de qual forma a antiguidade dialoga com a modernidade do país. Os trabalhos que mais se encontram sobre o reino são antropológicos, sociológicos, etnográficos que fazem um apanhado sobre a vida do país em geral. Observa-se que destruindo as chefias tradicionais, a colonização desintegra as construções sócio-políticas que davam à antiga sociedade sua força e coesão. Diz-se geralmente que o colonizador substituiu as velhas formas estruturas políticas por novas. Mas será que substituiu ou adequou a sua forma de fazer? A preocupação que nos vem ao espírito logo é a de que para substituir ou adequar alguma coisa, ela devia ter existido antes. Portanto, qual a organização política do reino do reino de Danhomè? Se hoje a país é uma república, qual a forma de organização política da República do Benin? De qual forma a organização política do reino dialoga com a organização política da República. Cabe-nos aqui descrever e explicar a organização político-administrativa no reino de Danhomè e da atualidade, comparando através de um conjunto de variáveis as práticas que se fazem presentes nos dois momentos.

Capítulo primeiro:

A organização política do reino de danhomè

O reino de danhomè (em língua *fon*) era um reino patriarcal africano localizado no sudeste do atual Benin desde o século XVII. A partir de 1895, este nome designa o território do império colonial francês, que se tornou o “Benin” em 1975. Danhomè desenvolveu-se no planalto de Agbomè (em língua *fon*) no início dos anos 1600 e torna-se uma potência regional no século XVIII conquistando as cidades-chave na costa atlântica, especialmente o porto de Ouidah.

De acordo com as tradições locais, as populações de origem yoruba teriam deixado no século XVI, a região de Ketou no país do yoruba (sudoeste da Nigéria, leste do Benin) para se instalar em Tado, perto do rio Mono. Dois grupos são formados: Os Ewés (ou Ehvé) que se dirigem para o oeste (Togo atual) e os Fons (danhomenu) que se estabelecem no leste. O Ewe (ou Ehvé) cria a Nuatja. Mas o advento de um poder autoritário levou o grupo étnico a se dividir entre 1700-1750 em três grupos: os Ehves, os Anlos (ou Anglo) a leste do Volta (rio em direção ao Golfo de Guiné) e o Washi. Eles se instalam nas regiões onde vivem hoje e formam chefias ou repúblicas lideradas por conselhos de nobres ou sábios.

Os fons quanto a eles, criaram três reinos. Por volta dos anos 1600, eles criaram Allada (reino dos Ardres ou Adra). Em seguida, guerras de sucessão levaram à formação de dois outros reinos: Agbomè e Adjatchè (Porto-Novo). O reino de Agbomè, mais tarde renomeado “Dahomey”, provavelmente por má transcrição europeia, vence rapidamente as guerras de conquista contra seus vizinhos e os iorubás, tornando-se cada vez mais amplo. O que faz com que a população fon seja a mais dominante no reino como explicado por Savary na sua tese “La pensée symbolique des Fõ du Dahomey” pela Université de Neuchâtel:

Os Fons são um dos principais grupos étnicos do Danhomè. A maioria vive no centro, mais precisamente na área ocupada pelo antigo reino de Danhomè. Os Fons ou os Danhomeanos propriamente ditos (Danhomenu) são de origem EWE e têm laço de parentesco com os grupos

aja (adjá), aizò (aizó), maxi (mahi) e gun, como mostrado pela semelhança das línguas. Eles vivem em contato com outros grupos totalmente diferentes, como Nago-Yoruba (nagô-iorubá), Mina (miná), Peul ou Bariba (baribá), que constituem minorias nas regiões do Danhomè Central. (“La pensée symbolique des Fons du Dahomey” Saravy, PP.14-15).

É neste mesmo sentido que Maurice AHANHANZO GLÈLÈ descreve a origem do reino de danhomè que nomeia “nation fon”, sendo que esse reino não seria nada mais que o resultado de uma sucessão de reinados desde o início do século XVII até o final do século XIX. Foi o trabalho da dinastia real ALLADAHONOU que, parte de TADO (e antes do TADO, do país ASHANTI) e passando por Allada (daí o nome deles “Alladahonou”) conseguiu se instalar e impor-se no planalto de Agbomè, depois de uma longa instabilidade, que foi também uma longa caminhada. Assim, do poder Aja, nasceu a Nação Fon, o que explica o título dado pelo autor à sua obra “Le dahomey: Du pouvoir Aja à la nation fon”.

Au commencement du XVII siècle, le pays était divisé en plusieurs états : Le royaume d'Adjudah, avec Savi comme capitale ; Le pays des Fons, au nord des marais; Entre ces deux royaumes, le royaume d'Ardres, relié à la mer par les villes de Godomey et de Kotonou : Contigu au royaume d'Ardres, du côté de la mer, le royaume de Djaquin, avec comme capitale Abomey-Calavi. Ces petits états subsistèrent environ un siècle, puis disparurent à la suite des conquêtes d'un peuple guerrier voisin, les Fons ou Dahoméens (A. Le Herissé, p. 08)

Nesse trecho acima citado, o autor demonstra os territórios conquistados pelos diferentes reis de Danhomè para expandir o seu reinado. Abaixo ilustrado pela Figura (F1) a mapa do reino.

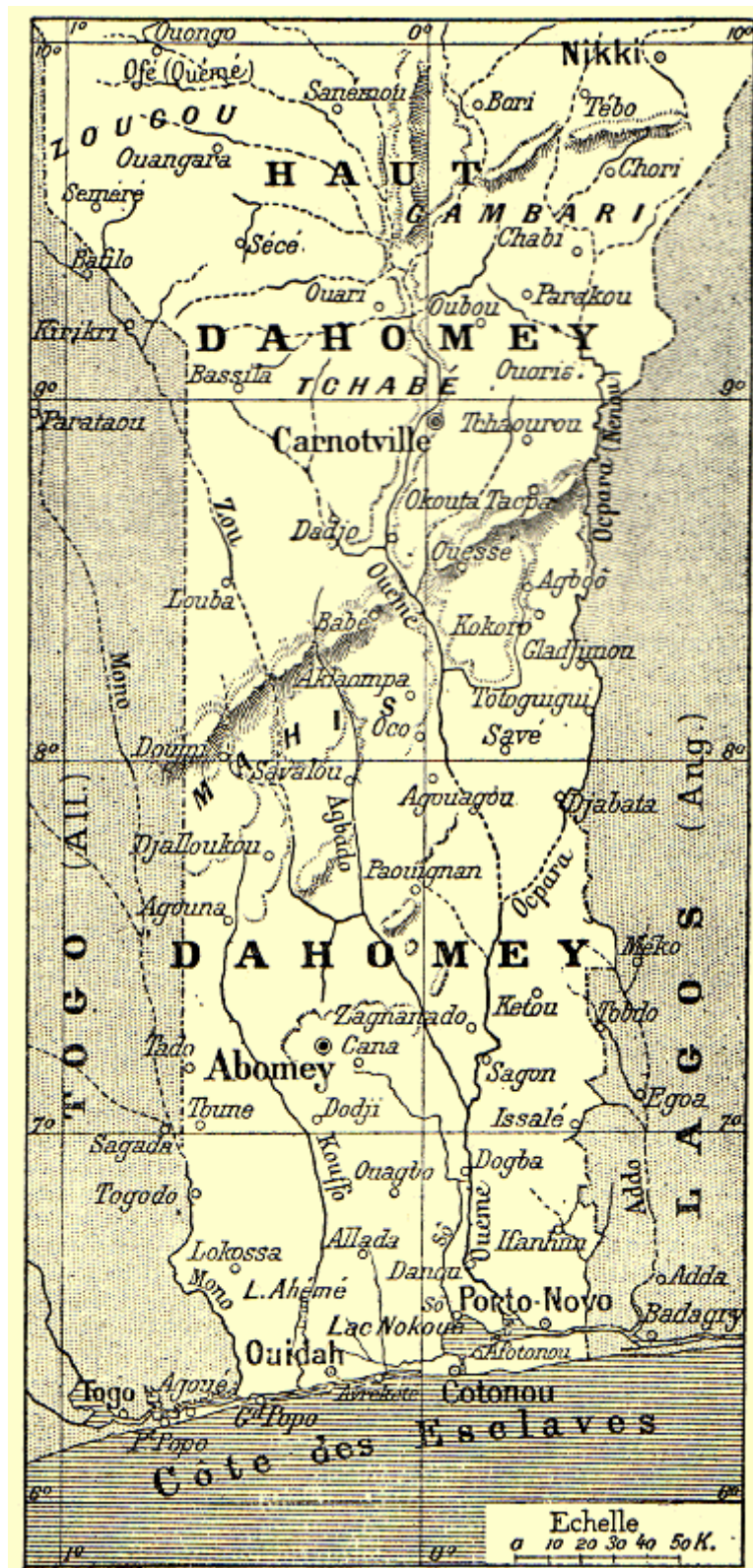


Figura 1: mapa do reino de Danhomè

O reino do Danhomè foi, portanto, criado em 1600 pelo povo Fon, que se instalou recentemente na região oriundo de Tado ou resultantes de casamentos entre os povos Aja e o povo Gedevis¹ local. Aho Houegbadja (em torno de 1645-1685), o terceiro rei de

Agbomè às vezes é considerado o rei fundador do reino de Danhomè. É um rei edificador que construiu os palácios reais de Agbomè e busca ataques e conquistas de cidades fora do planalto de Agbomè.

É de notar que várias literaturas tentam desqualificar as formas pré-coloniais de organização política na África, que são geralmente reduzidas ao “não existente antigamente” antes da aparição ou contato com os europeus, como é bem explícito nessa ideia apresentada em “Les origines Du Dahomey” (“Le Dahomey” à l’occasion de l’Exposition Coloniale de Marseille): “Il est assez difficile d’étudier d’une façon précise la formation historique de notre colonie actuelle du dahomey. Il n’existe, en effet, aucun document écrit qui puisse servir de témoignage aux modifications politiques sous le règne des anciens rois du Dahomey.” (les origines du dahomey, p. 04)

“Seria difícil procurar uma organização política bem definida antes da ocupação francesa. A maioria desses reinos e repúblicas não tinham administração; reis e chefes recorriam a saqueios e multas para atender às suas despesas. As guerras contínuas providenciaram, além disso, recursos extraordinários que não podiam ser percebidos sobre as pessoas” (idem, P. 09).

Ideias acima citadas que perpassam as produções de cunho ocidental que versam sobre o continente africano em geral, e que nem sempre coincidem com a realidade, e que sempre tendem a reduzir a uma história real “aquela escrita”, e portanto, desqualificando a memória de uma sociedade que se baseia na oralidade. Porém, eles estariam esquecendo um ponto que é o de que a “história escrita” não coincide também nem sempre com a realidade, pois cabe ao historiador selecionar os fatos que ele gostaria que se soubesse. Segundo o historiador africano Joseph Ki-zerbo, o constitucionalismo é um fato orgânico da vida política africana. Várias instituições representavam o contrapeso ao poder do chefe (o soberano) desde as etapas das eleições até o exercício desse último; como defende o próprio Montesquieu. Suas decisões (o rei) são tomadas após consulta aos notáveis e aos representantes das aldeias e de cada camada social. (Histoire Politique et Économique de l’Afrique, 2001). Apesar da ausência de eleições na maioria das sociedades primitivas que qualificam o continente africano, é importante ressaltar a complexidade que se pode encontrar nas formas de organização de certas sociedades.

O reino de danhomè que se tornou mais tarde objeto de admiração e espanto para os europeus já tinha uma organização muito estruturada tanto socialmente quanto politicamente. Assim, A. Le Hérisse escreve no início do século XX:

“Le royaumes du Dahomey méritait l’honneur de tenir la première place parmi les peuplades, ses voisines, groupées désormais sous l’autorité civilisatrice de la France. Par son organisation, vraiment extraordinaire pour un pays noir, il les avait déjà surpassées de beaucoup, alors qu’elles ne formaient encore que des confédérations de tribus sans grande cohésion et sans autres institutions que celles qu’on retrouve dans tous les groupements familiaux primitifs. Ses rois, dont l’autorité justement redoutée ne s’employait pas uniquement, quoi qu’on pense, à un arbitraire brutal et irraisonné, avaient su lui donner une administration fortement hiérarchisée, une armée permanente et des embryons de services douanier et judiciaire. (l’ancien royaume du Dahomey: moeurs, religion, histoire, A. Le. Hérisse, 1911, P. 01)

Este autor demonstra com palavras claras e explícitas a estrutura surpreendente que caracterizava esse reino, bem antes do contato com os europeus, desmistificando a questão de exercício de um poder absoluto pelo rei, ao falar em administração hierarquizada, além de ressaltar que o rei não faz uso de seu poder de forma irracional como se costuma pensar. A. J. Skertchly vai nessa mesma direção quando escreve no seu texto (*Dahomey as it is: being a narrative of eight months living in that country*) em 1874: *As might be supposed, the king is an absolute monarch, whose will within certain limits is law. This, however, is only true in a restricted sense, for even so despotic a monarch dare not run contrary to the wishes of the majority of his subjects. (A. J. Skertchly 1874; p.443).*

O escritor mostrando ainda como não coincide com a realidade danhomeana a ideia de que o rei fazia uso de força, governava de forma incontestável e incontestada, e imporia a sua vontade àquelas dos súditos. Nas palavras do autor, entende-se que o soberano mesmo sendo despótico ainda tinha de escutar seus súditos ou pelo menos seus

respectivos representantes, e levar os seus desejos em consideração na sua forma de fazer a política.

Most of the laws of the country emanate from the king, who before passing an "Act of Parliament" submits it to the opinion of the principal ministers. Should they deem it impolitic, the idea is abandoned, but if they approve of its adoption it is announced at the next court assembly, and heralds are sent round to proclaim it. If, however, any of the lieges wish to suggest an improvement upon an old decree or propose a new one, it is done in open court and the pros and cons discussed in public. idem (pp. 443-444)

Mesmo a maioria das leis emanando do rei, ele teria que submetê-las à apreciação dos ministros como ato ou ação “parlamentar” e tirar as opiniões deles, as modificações que eles podem sugerir antes que passem para a fase de publicação. Ou seja, o rei governava junto com um corpo de dirigentes, que beneficiavam de algumas vantagens.

O resultado foi um sistema no qual todos os poderes estavam unidos nas mãos de um indivíduo, o rei (axosú= ahossú), mestre absoluto do país e seus habitantes. Mas o rei não reinou sozinho e cercava - se de vários personagens geralmente de origem não principesca, os ministros (gbonugan = bonugã). Além disso, o rei, apesar de ser o chefe supremo, poderia ser levado a levar em conta a opinião dos anciãos do reino / em particular daqueles que estavam encarregados de fazer cumprir as antigas tradições, os sacerdotes da adoração dos ancestrais reais, assim os adivinhos, etc. Portanto, o poder real que parecia imensurável foi de fato limitado pelo respeito das tradições, pela influência dos ministros reais e pelos conselhos dos especialistas da religião (SAVARY (1975, PP.127-128) “La pensée symbolique des fons Du dahomey”).

A partir do trecho em cima, fica nítido saber que o reino de danhomè era composto por ministros a quem cabiam funções diferentes e que tinham apelações em língua fon. Como se pode ver, os chamados ministros hoje em apelação “eurocêntrica” ou “ocidental” eram chamados “GBONUGAN” (bonugã). Desse modo, o rei governava com a ajuda de sete (07) gbonugã principais. Nas palavras de Savary “Esses funcionários ou ministros, os Gbonugan, foram divididos de acordo com um princípio dualista. Havia, portanto, ministros da direita e ministros da esquerda[...]” (Savary, 1975, P.132). É nesse que teremos dois primeiros ministros, assim como dois ministros da guerra, um da direita e outro da esquerda nos dois casos. Aqui cabe ressaltá-los assim como as funções deles. O rei “dada” ou “axosu” como era chamado tinha dois primeiros ministros, mas que tinham funções diferentes: o Migan (migã) e o “méhou” (mehú).

O Migan (Migã) uma espécie de primeiro-ministro, era o maior chefe e, como tal, sentava-se à direita do rei. Ele comandava todos os daomeanos que não faziam parte da família real, daí seu nome Migan, nosso líder (nosso chefe). Nos primórdios de sua instituição, que data de muito antes da chegada dos Aladahonou (Aladanu) em Abomey, os Migan exerciam as únicas funções de carrasco; mas ele não deixava de ser uma pessoa muito poderosa. No caso dos danhomeanos, o carrasco tinha o duplo caráter de justiceiro e sacerdote, porque a morte que ele dava não era sempre uma punição; Tornase também um rito religioso quando os inimigos vencidos foram sacrificados aos espíritos dos antepassados. Foi assim que, entre outras coisas, cabia ao Migan o comando dos chefes das aldeias, senhores da guerra em tempo de paz e todos os cabeceiros. A. Le Herissé (1911, p. 38).

Além do fato de que o Migã e o Mehu ajudam o rei na maioria de seus atos políticos, cada um deles recebia um cargo determinado de acordo com o princípio binário mencionado acima. O Migã, ministro da direita, exerce o seu poder no âmbito externo (ao palácio): supervisiona a gestão dos territórios ocupados, a dos toxosu ou dos chefes das aldeias (1); ele é também o "executor das altas obras" e leva a palavra do povo ao rei, ele participa ativamente de certos rituais, notadamente os da eleição dos chefes de povoados ou comunidades; finalmente, ele comanda o exército quando o rei viaja para o campo (Savary 1975: P. 133).

Depois do Migan vem imediatamente o Méhou. Essa grande cabeceira ficava à esquerda do rei. Sua instituição é muito mais recente que a de Migan, remonta apenas ao reinado de Tègbèsou. Isso se deve em parte às causas que conduziram à criação do papel político de Migan, isto é, a extensão do Daomé, que tornou necessário a criação

de grandes cabeceiras do rei para a vigilância dos territórios recém-conquistados. O Méhou era assim encarregado dos assuntos voltados para o país inteiro além do antigo reino de Allada. Como tal, era sua responsabilidade receber os europeus em Abomey e trazer os búzios das taxas de ancoragem coletadas em Ouidah para o entreposto. A. Le Hérisse (1911, p. 40).

O Migan, como vimos, era o principal de todos, com exceção dos príncipes, quem sua posição privilegiada retirava da autoridade dele. Mas estes se tornando cada vez mais numerosos e até dois dos mais proeminentes, Aghidisou e Topa, irmãos do rei, revoltados, Tègbèsou percebeu a necessidade de colocá-los sob uma autoridade estrangeira para sua família, enquanto mantinha sua situação à parte. Esta foi, parece, a primeira razão da criação do Méhou, que sempre foi considerado principalmente como um tipo de preceptor da família real. (idem P. 41).

Como diria Savary "O Méhou, ministro da esquerda, lida com as questões internas: ele rege as famílias principescas e castiga os príncipes rebeldes submetendo-os à pena Mèbubu (sumiço)" (Savary 1975, P.133). Podemos notar que tanto Migan quanto Méhou, os dois têm função de primeiro ministro, e também de ministro da justiça. O primeiro atua nas justiças dos sujeitos não pertencentes à família real (justiça externa) enquanto que o segundo está encarregado da justiça interna, a da família principesca.

YOVOGAN, cujo papel estava longe de ser insignificante. A tarefa desse ministro era representar o rei perante os negociantes europeus da costa e cobrava as taxas de ancoradouro e os impostos sobre as mercadorias trocadas (3). Ele, portanto, residia permanentemente em Ouidah e estava ausente apenas para ir a Abomey relatar sua gestão ao rei (SAVARY p.133). Nessa mesma linha que avança Le Hérisse ao escrever "O Yovogan foi criado por Agadja (quarto rei) após a conquista de Savi, que o colocou em contato com os europeus da Costa, os brancos (Yovo). O Yovogan era "um governador", explicam os nativos que concordam em falar sobre a história de seu país. Todos os assuntos entre negros e europeus de Ouidah, Abomey-Calavi e Cotonou deveriam ser submetidos a ele. Ele relatava ao rei por intermédio do Méhou. (A. Le Hérisse 1911, P.42). Segundo Savary, "Seu cargo era muito interessante porque podia render muito (o Yovogan era de fato o único a saber e determinar o valor dos bens tributados)" (Savary, 1975, P. 134). De certa forma, o Yovogan representaria uma espécie de "ministro das relações e comércio exteriores"

TOKPON (Topõ) era um verdadeiro ministro da agricultura. Ele era responsável pelo controle e cuidados dos mercados onde se faziam sobretudo as trocas de produtos do solo. Através dele, o rei indicava, todos os anos, as regiões que seriam plantadas em palmeiras, é ele que, de nossa época, teria ordenado o cultivo intensivo do algodão, milho ou amendoim, como desejamos. O Tokpon impunha multas aos agricultores que não seguíam suas prescrições. Para este propósito, seus assistentes traçaram uma forma especial de sulco no campo de qualquer delinquente e não precisam de mais formalidade para informar sobre o valor da multa. A. Le Hérisse (1911, p.43). o autor continua exaltando mais algumas de suas funções: “Quanto às principais estradas (vias) que ligam o planalto ao litoral atlântico e ao norte do país, elas constituem um poderoso fator de desenvolvimento econômico, e que devem ser regularmente reformadas. Os reis do Danhomè sempre prestaram muita atenção à manutenção da estrada (via) que ligava o reino à costa e, mais particularmente, às bancadas europeias de Ouidah. Foi portanto, por essa via que todos os produtos importados chegavam (armas de fogo, por exemplo) e os escravos foram traficados (muito florescente nos séculos XVIII e XIX). Além disso, os reis de Abomey asseguraram que as estradas que conduziam aos países sujeitos estivessem em boas condições, para poder enviar tropas para lá em caso de rebelião. O rei delegava a um de seus ministros, o Tokpô, a tarefa de controlar o estado das estradas. Ele tinha à sua disposição um grande número de escravos que limpavam todas localizadas as estradas fora da capital”. (A. Le Herisse 1911, p.45)

GAOU e KPOSU: "Abaixo destes dois" grandes, encontramos outros ministros que estão mais ou menos ligados a eles. Eles são, de acordo com o mesmo princípio binário: o Gau e o Kposu, dois ministros (chefes) de guerra" (Savary, 1975, p.133). O Gaou era responsável por comandar a divisão esquerda do exército masculino, enquanto o Kposu se encarregava de dirigir a divisão direita do mesmo.

AKPLOGAN: “Title, in most Adja kingdoms, of the official in charge of religious cults and for the veneration of the ancestors and the Royal tombs. In Allada, for example, the Akplogan was responsible for ceremonies honoring the kingdom’s founders, religious rites, and all cults within the kingdom”. (Historical Dictionary of Benin” 4th edition De Mathurin C. Houngnikpo e, Samuel Decalo 2013, p. 43). Nas palavras de Savary, “Akploga encarregado dos cultos (em particular aqueles voltados ao ancestral místico Agassu e os cultos reais que derivam) (Savary, P. 133). Ele se encarregava também de resolver os

problemas entre famílias. Ele seria, portanto, uma forma de ministro da cultura e da preservação da identidade.

ADJAXO ou ADJAHO (Ajahô): Adjaho era o grande oficial de justiça do palácio, onde nenhum estranho entrava sem sua permissão. Sob sua autoridade foram colocados os servos do rei no palácio, (os -ou-outou-nou, palavra por palavra, o povo do corpo). Acrescentou a essas funções o de Leghede, que poderia ser definido como "chefe da polícia secreta". Como tal, Ele tinha a supervisão das provas judiciais do feitiço do e tinha que informar diretamente ao rei sobre os fatos e ações de todos os líderes, sem exceção. (A. Le Herissé, 1911, P. 42).

Ainda que mal retratada por muitas literaturas, a organização política do reino de danhomè possui um caráter muito rico e que precisa ser estudada em profundidade e com muita delicadeza. Eis portanto aqui em cima a estruturação da classe governante no reino de danhomè. É importante acrescentar a essa cronologia dos bonugan os dirigentes que se situam na parte mais baixa da cadeia. Como explicado por Le Hérissé,

"os cabeças que comandam as regiões eram chamados «Tôgan» chefes de país (Tô= pays; gan= chef). sob suas ordens eram colocados os chefes das aldeias cujo nome, Tô'hosu (tohóssú) «rei de país», lembrava que eles representavam os reis das tribus ou sub-tribus conquistadas pelos daomeanos. Nas aldeias, os tôhosu eram acompanhados por «Sranon» (encarregado de bairros) e pelos Hâgan «hâ= contar»" Le Herissé 1911. P. 44).

Isso mostra também que os antigos reinos conquistados pela dinastia danhomeana não foram colocadas como meras inimigas, e sim, incorporados ao reino que se expandia cada vez mais. E os reis nesses reinos antes da conquista não tinham seus cargos extinguidos. Eles representavam aquela região diante do rei soberano do país todo, e são eles que são chamados doravante "Tôhosu".

Segue aqui uma pirâmide resumindo principais ministros do rei acima explicados. A pirâmide não significa necessariamente a ordem segundo a importância de um em relação a outro.

Piramide do rei e seus principais ministros no reino de danhomè

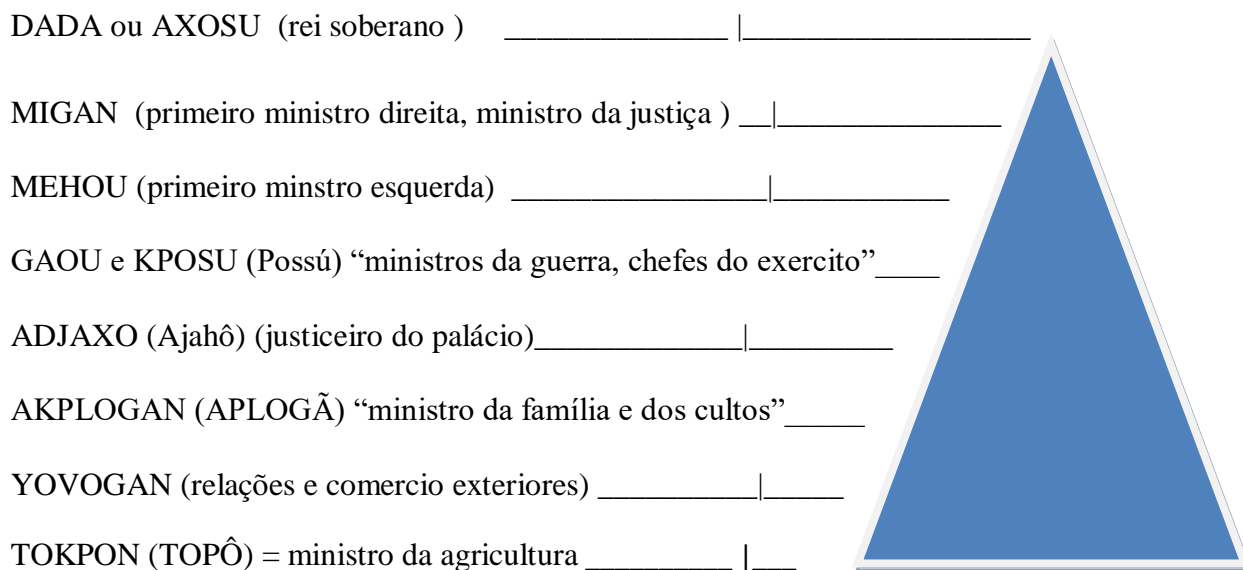


Figura 2: governo do reino de Danhomè

Como a maioria dos reinos, a sucessão no reino de danhomè era hereditária, e tem umas características próprias ao reino. Como diria Le Hérissé “A realeza daomeana era hereditária de homem para homem e por ordem de primogenitura. A exclusão do poder das mulheres e seus descendentes, até mesmo masculinas, parece bastante natural em um povo onde o elemento feminino é incapaz de herdar, não tanto por causa de sua condição muito inferior como porque poderia passar (ou levar) a propriedade familiar aos estrangeiros e, assim, prejudicar o desenvolvimento da comunidade paterna.” (A. Le Hérissé, 1911 P. 06). Não é apropriado tomar em sentido absoluto a ordem de primogenitura adotada para a hereditariedade na família real. Em primeiro lugar, nenhuma das crianças nascidas de esposas reais de origem principesca poderia ter pretensão ao trono. (idem, P. 07). Também eram excluídos da soberania os filhos tidos pelo rei enquanto ele mesmo, herdeiro presuntivo, não tinha recebido do pai as dez ou vinte esposas com as quais ele criaria sua linhagem. Esses filhos eram, de certo modo, colocados na mesma situação que aqueles tidos em casamentos morganáticos europeus (idem).

E por fim, a voz do Destino, do Fa (fá), habilmente consultada pelo feiticeiro (Bokonon) do palácio, intervinha para permitir que o soberano reinante dispensasse aquele de seus filhos que, por nascimento, poderiam ter se tornado rei, mas que apresentava falta de caráter ou qualidades necessárias para governar. (Idem).

"Ora os nomes são dados após consulta ao Fa (destino) e indicam o antepassado protetor da criança. A imposição de um nome amaldiçoado torna-se então uma predestinação para a decadência. Uma última condição, que nos foi dada a respeito de um possível sucessor de Béhanzin, exige que o soberano morra no cargo e seja enterrado no palácio, a fim de dar a um de seus filhos o direito de sucedê-lo. Para um soberano, não morrer no cargo supõe que ele se tornou indigno de comando por seus vices, como Adanzan, ou por derrota, como Béhanzin" (idem, P. 08). Assim, a realeza foi devolvida, a menos que o destino tivesse decidido de outra forma, ao primeiro menino nascido de uma das mulheres de sangue não real que o rei recebera de seu pai para constituir sua casa. (Idem)

Essa ideia de sucessão se encontra explicada pelo Savary também nos seus textos de forma mais resumida.

“Para chegar ao trono de Dahomey, não era o suficiente para pertencer ao clã real, nem mesmo para a linhagem criada pelo último rei em data, mas ainda era necessário ser um descendente direto dele e o filho de uma rainha kpòsi isto é, uma das esposas oferecidas ao rei na época de sua entronização. Também era necessário ser privado de falhas físicas e morais, ter sido escolhido durante a vida de seu antecessor e, finalmente, beneficiado de um oráculo favorável, o Fa” (Savary,1975, P.128).

Ao ler as regras de sucessão no reino de danhomè, pode-se perceber que o casamento que dá direito ao filho poder ser um potencial sucessor, é aquele entre o príncipe herdeiro e uma mulher de origem não real, expandindo, de certo modo, a realeza até onde não estava por nascimento. Esse princípio é que faz com que tenha uma tradição no danhomè que chame todos os filhos de danhomè de “ahovi” (Ahó= rei, vi= filho: filho de rei, ou seja, príncipe).

De forma mais explícita e concisa, podemos dizer a partir das regras de sucessão acima explicadas, que a sociedade danhomeana foi criada com vícios patriarcais, porém, sofrerá modificações severas com o passar do tempo. E foi assim que o papel da mulher mudou nessa sociedade que se tornou, se podemos dizer assim, uma sociedade matriarcal. Tudo começou dois reinados depois quando chegou a vez do rei conhecido como AKABA de reinar, ora a sociedade danhomeana foi criada sob preceitos religiosos que devem ser respeitados. E a religião exige que os gêmeos sejam tratados igualmente, não

ressaltando a questão de diferença entre os gêneros. Tendo uma irmã gêmea (Hangbé), Akaba teria que dividir o poder com ela, e assim os dois reinaram ao mesmo tempo, a irmã tendo um poder muito reduzido. Podemos ver isso nas escritas de Le Hérissé quando fala: “Plus tard, deux règnes après la fondation du Dahomey, un précepte religieux les contraignit à admettre une reine. La royauté était échue à « Akaba » qui avait une soeur jumelle. Or la religion dahoméenne recommande de traiter les jumeaux d'égale façon. La soeur d'Akaba régna donc en même temps que lui, mais avec une autorité très réduite.” (Le Hérissé, 1911, P. 06). Isso não durará por muito quando um evento inesperado acontecerá e a irmã terá que exercer a função de rainha sozinha. Depois da morte de Akaba que perdeu uma guerra contra os *wéménu* (wemenú) em 1708, o trono ficou para a irmã, pois o filho do então rei que seria o potencial sucessor não tinha idade necessária para reinar. De evento inesperado, o reino de danhomè conheceu sua primeira e única rainha. Assim Nã Hangbé (hanbê) (Nã= rainha), reinará no danhomè de 1708 até 1711. Seu advento ao poder deu outro rumo à questão de gênero. Para lutar contra os inimigos weménu contra os quais o irmão tinha perdido, ela formou uma tropa de mulheres que venceu diante dos inimigos.

Apesar do reinado curto que ela teve, isso não impediu ela deixar um legado histórico na vida de uma sociedade antiga que se revelou ao mundo com vários aspectos, e dentre eles, um foi iniciativa dela. Criar um exército feminino, conhecido localmente como *ago'ndjè* ou *minõ* (nossas mães) no reino de Danhomè foi iniciativa da rainha Hangbé que via desde aquela época a necessidade de as mulheres estarem no mesmo ambiente que os homens, exercendo as mesmas funções. Porém, as literaturas geralmente tendem a associar a criação dessas “soldadas” a um ou outro rei, esquecendo a luta tão importante da rainha. Seria totalmente contraditório dizer que uma sociedade criada inicialmente com viés patriarcais possa abrir mão de umas coisas se não foi a luta de alguma pessoa desfavorecida pelas suas regras primitivas. Como podemos ler nas palavras de Skertchly por exemplo, a criação de “AMAZONAS”, como chamados pelos europeus está associada ao rei AGAJAH (AGAJÁ), e em seguida a sua reestruturação ao rei Guézo:

“One of the most singular institutions of Dahomey is the female army, or Amazons, as they have been called. "When these soldieresses were first introduced into the country is unknown ; but, in 1728, Agajah, the fourth king, having received a defeat at

the hands' of the Eyeos, the implacable enemies of his race, organized a regiment of the women in the palace, and with these attacked the old Whydahs under Ossue their king, and completely routed them.”

“Under Gezu, however, the corps attained its greatest prestige, who raised it from a mere subsidiary position to a status equal, if not superior, to that of the men. He also effected the balance of power by croating she-officers, corresponding to the "outside" ministers thereby checking any rebellious intentions that might enter the mind of any ambitious subject, and ensuring his personal safety by surrounding himself with an armed body of viragos, who, like every blue stocking amongst civilized nations, were concitedly vain of their manly qualifications.” (J. A. SKertchly, 1874 , P. 454)

Se o rei Agaja foi sucessor da rainha Hangbé, associar a criação das ago’ndjè a ele mostra ou ele ter a ideia de inserir mulheres no exército nunca poderia ser em vão, portanto, esse mérito volta á rainha. Foi depois do reinado dela, então, que o exército permanente foi começou a ser composto só de mulheres.

L’existence, au sein de son armée, de troupes d’élite féminines est un fait unique à cette époque. Ce sont ces guerrières que les Européens ont appelé les « amazones », par référence aux héroïnes de l’Antiquité. Admirées par leurs compatriotes, craintes par les populations voisines, ces femmes-soldats sont, aux yeux des Africains, des personnages extraordinaires. Les Européens habitués à croire que les vertus militaires sont des apanages de la virilité, les trouvent tout aussi exceptionnelles. Elles-mêmes se sentent différentes, fortes, invulnérables. (Valérie Kubiak / GEO Histoire - Lundi 23 mai 2016)

Quando no século 19 os franceses tiveram o primeiro contato com o exército danhomeano, ele era ocmposto de 4000 a 5000 minos (amazonas), ou seja, o terço do exército do país exclusivamante comandado por mulheres. E era dividido em batalhões dentre os quais o mais feroz era um verdadeiro comando de elite, é o de caçadoras,

matadoras escolhidas entre as mais fortes e mais corpulentas (Valérie Kubiak / GEO Histoire - Lundi 23 mai 2016). Era o único da sua época a ter um exército composto apenas por mulheres. Elas compunham o guarda do rei, compunham a tropa da elite e o comando da elite.

O combate ou luta feminista da rainha mãe das amazonas, como podem chamar umas literaturas, não se limitou apenas em colocar as mulheres para participar do exército, isso contribuiu na introdução e integração da mulher na causa pública em geral no reino de danhomè desde pouco tempo depois de sua criação. Segundo Damien Mariano Agliti, guia turística na l'Office de tourisme et région d'Abomey “ela tomou a iniciativa de dar um lugar à mulher no seio do reino”, sua preocupação maior era valorizar o “gênero feminino”. Ela teve um papel vanguardista tendo tido um dos trabalhos dele, valorar a mulher na sociedade. Mulher vanguardista, preocupada com a causa feminina de autossuficiência, ela criou o comitê para ensinar as profissões de homens às mulheres. Das exigências desse comitê, as mulheres teriam se tornado tecelãs, ferreiras, fabricantes de cestas e teriam se apoderado inteiramente do trabalho envolvendo cerâmica. Dessa forma, uma paridade homem-mulher se criou no danhomè.

O reino de danhomè foi muito conhecido por causa de seu exército feminino a partir da bravura e dedicação e coragem que definiam suas componentes, mas tem outros pontos que a história esqueceu de ressaltar, como por exemplo, a igualdade de gênero. No danhomè como podemos perceber, o direito de assumir a soberania era reservado aos homens com uma exceção muito reduzida. No entanto, é de notar que cada vez que um rei assumia a soberania, seu poder era contrabalanceado por meio do de uma rainha-mãe (“kpojito” ler: Pojító), que não é escolhida dentre das esposas do rei predecessor, ou seja, não é mãe biológica, e sim, simbólica. Rica proprietária de terras com uma corte separada na cidade real e muitas pessoas a seu serviço, ela representa a voz do povo do qual emana e pode pleitear por eles junto ao rei. O governo de danhomè, como mostramos mais em cima, era dirigido pelo rei assistido por ministros. Aqui a questão de paridade homem e mulher era tão forte nesse reino que cada ministro tinha uma contrapartida feminina que cuidava das questões voltadas para as mulheres. As mulheres ministras de guerra podiam participar das operações militares ao lado das amazonas. Nas áreas como a interpretaria ou tradução as mulheres tinham o grande poder de controle. A função era reservada aos homens que deviam fazer as traduções para o rei e cabia às mulheres verificarem a conformidade dessa tradução e confirmar ao rei ou rejeitar a mesma. Assim dirá William Winwood Reade:

“She is also employed in diplomatic missions and commercial enterprises. She is a shepherd, farmer, warrior, shopkeeper, ambassador and sometimes queen. In this country (...) we find admirable examples of Plato's axiom, which said: "As far as its nature is concerned, the woman is capable of all the enterprises permitted to man.”

Outro viajante que conheceu o reino de Danhomè também ressalta esse aspecto de paridade que qualifica a política no reino ao dizer:

“A 19th century British traveler, Freeman reports that in the councils where the judicial appeals of other regions were heard were gathered around the king the two chief ministers of the country and the two leaders of the amazons. In all these cases, however, the latter are considered to have the greatest influence: this being a characteristic feature of Dahomean politics where the female sex has the ascendancy. Freeman, who is english, while at that time in England it was impossible for women to be members of parliament, criticized the fact that this was possible in Dahomey.”

Resumindo, o reino de danhomè era caracterizado por um matriarcado que se manifestava através da emancipação dos ambos os sexos. Como diria Cheik Anta Diop “o regime do matriarcado propriamente dito é caracterizado pela colaboração e florescimento harmonioso dos dois sexos, para uma certa preponderância ainda da mulher devida às condições econômicas na origem, mas aceita e mesmo defendida pelo homem.” Como no danhomè por exemplo, a mulher é tanto a base da família quanto da sociedade, pois ela tem um papel central. Cada vez que uma guerra era declarada contra um reino vizinho, as guerreiras traziam de volta prisioneiros de guerra que serviam para alimentar o comércio de escravos com os europeus, ou serviam para trabalhar nas plantações do rei ou para algum ministro, ou serviam no exército.

Partindo dos vários pontos vistos até aqui, podemos dizer que a sociedade danhomeana era dividida em classes. Como diria Le Hérissé: “Avant l'occupation française la population dahoméenne se divisait en quatre classes les princes, les grands dignitaires, les gens du peuple et les esclaves. Tous étaient Danhomènou, gens ou choses du Dahomey et le Dahomey appartenait au roi” A. Le Hérissé, 1911 (p. 05).

Seguindo na mesma linha que Kader rabo diz em *Exposé complet sur le Royaume d'Abomey* que “[...] la société était divisée de la manière suivante : le roi se trouvait à la tête, ensuite les ministres qui aidaient le roi dans la gestion du royaume, les nobles, les fonctionnaires, les artisans l’armée la classe paysanne et en bas de l’échelle des esclaves.[...]. Os trechos acima citados ressaltam que no reino de danhomè tinham as classes que se separam da seguinte forma: o rei fica no topo, depois vêm os ministros, a nobreza, o exército, os funcionários os artesãos, o camponês e o escravo.

Pirâmide de estratificação da sociedade danhomeana

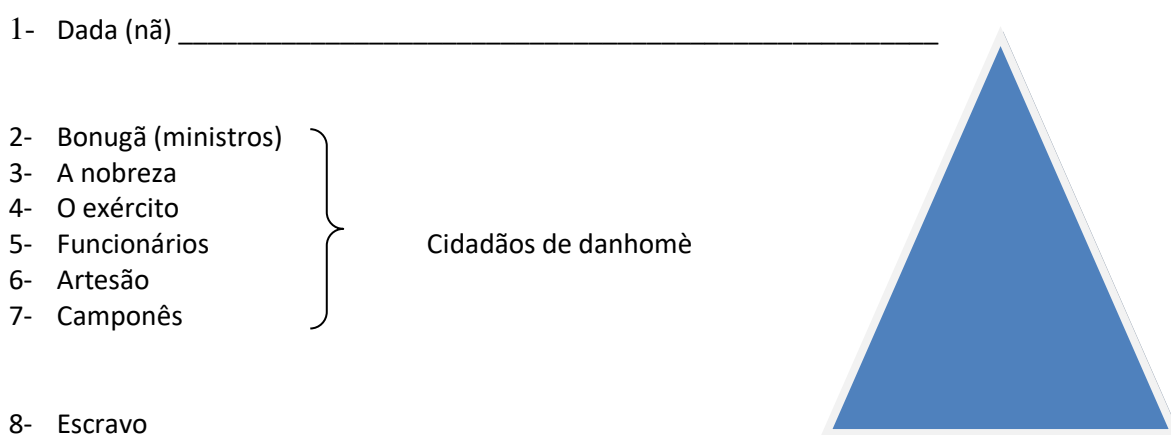


Figura 3: Estratificação social no reino de Danhomè

O reino de Danhomè foi um rei da África ocidental criado no século 17 e que ficou conhecido através de vários atos que marcaram sua existência. Danhomè se tornou, segundo o professor Felix IROKO, no final de século XIX, a primeira potência militar na região do golfo do Benim. O reino de Danhomè é, portanto, uma importante potência regional dotada de uma economia doméstica organizada, um comércio internacional significativo com os países europeus, uma administração centralizada, um sistema fiscal e um exército misto organizado do qual a parte feminina, as amazonas (ou agon’jié) é permanente. “No entanto, no final do século XIX, a África se tornou o campo das rivalidades europeias. A França cobiçou Danhomè, que ela batizará Daomé. É guerra. As Amazonas lutaram contra as tropas francesas, defenderam o reino, mas foram sucumbidas pelo inimigo mais armado. Elas desapareceram ao mesmo tempo que a independência de seu país” como dirá a historiadora Hélène d'Almeida-Topor, após uma longa pesquisa na África.

CAPÍTULO 2:

A organização política da República do Benin

O país que expusemos no capítulo anterior não continuou nesse status de reino até os dias de hoje. No entanto, a história do país passou por várias etapas que levou ao que conhecemos hoje como “República do Benin”. Durante essas etapas ou épocas, o país passou por vários tipos de nomeação. Assim teremos “colonie du Dahomey” (colônia de Daomé), République du Dahomey (República de Daomé), République populaire Du Bénin (República popular do Benin), e por fim, République Du Bénin (República do Benin). Esses períodos representam capítulos da transição, ainda que não desejada, do reino à colônia e em seguida à república. Nossa exposição de versará sobre essa última época, portanto, sobre a “República do Benin”. Seu melhor entendimento pelo leitor necessita de um apanhado histórico geral.

Para uma melhor apreensão dessa trajetória, seria importante lembrar uns acontecimentos importantes do país. Daomé, localizado ao longo litoral da costa atlântica da África, foi uma fonte intermitente de interesse para as potências coloniais européias, desde que os exploradores portugueses e holandeses pisaram a Costa do Ouro nos séculos XVI e XVII. Daomé conduziu um crescente comércio de escravos, pegos em expedições (guerras) anuais lançadas contra seus vizinhos. O rei pagava seus guerreiros por seus cativos e depois os vendia para os escravistas europeus na costa para obter lucro. Em 1887, os holandeses haviam partido há muito tempo, mas os portugueses ainda mantinham um monopólio sobre a exportação de óleo de palma dos portos de Dahomey em Whydah, Cotonou e Porto Novo.

Naquele ano, no entanto, o rei do Daomé, Glele, por razões conhecidas apenas por ele mesmo, enviou uma notícia da capital do interior de Abomey de que os direitos do tratado dos portugueses foram cancelados, criando assim o tipo de vácuo que atraiu a atenção de todos os ministérios coloniais europeus da época. A nação mais pronta, disposta e capaz de preencher esse vazio foi a França. A conquista do Daomé era devida a motivos tanto geográficos quanto políticos. Os interesses da França no Daomé eram geográficos e políticos. Desde a década de 1870, as campanhas militares haviam estendido o domínio francês do sul da Argélia e do leste do Senegal, espalhando o que se tornaria a enorme mancha no mapa conhecido como África Ocidental Francesa. Quanto à motivação política, os franceses achavam que já era ruim o suficiente que os ingleses já estivessem bem estabelecidos ao lado dessa porção de escolha em seu

enclave na Nigéria, mas quando os alemães impuseram um protetorado sobre o Togo diretamente no oeste, já foi demais. A administração colonial francesa considerou mais conveniente conectar o interior com um ou dois portos no Golfo da Guiné, como os que o Daomé tinha a oferecer. (French Colonial Conquest of Dahomey in 1892, Geoffrey Skelton, 1998 in “*Military History* magazine”).

Importante frisar que O tratado de 19 de maio de 1868 já colocava Cotonou sob protetorado francês. Um tratado comercial e de amizade assinado em 19 de abril de 1878 entre o rei Ghézo (Guezô) e os franceses dava a esses últimos o direito de exercer no reino de Abomey. Entre 1861 e 1889, Porto-Novo já se encontrava sob protetorado e suas fronteiras com Nigéria com as posses inglesas da Nigéria delimitadas. A partir de 1885, os franceses já estavam presentes em Grand-Popo. Diante disso, podemos afirmar que a França já preparava seu itinerário e organizava silenciosamente suas conquistas territoriais no Daomé bem antes de sua vitória contra Béhanzin e seu exército. em 1890, a primeira guerra de conquista na qual o rei Béhanzin falhou levou o mesmo a reconhecer Porto-Novo e Kinto como protetorado Francês, e a ceder a cidade de Cotonou. (Chronique de la Revue des deux-Mondes, 1890, P. 849).

Insatisfeito com o controle que o rei tinha sobre suas ações, e tendo intervenção limitada no território que muito queria sob sua direção, a França, por intermédio do governador General Dodds, declara uma segunda guerra contra o reino de Daomé. Essa segunda guerra que durará de julho 1892 a junho de 1894 resultará na deportação do então rei (rei Gbéhanzin) e no término da história do reino, assim como na extinção do exército femino que batia o recorde no reino de Daomé.

Após a conquista colonial francesa, os Estabelecimentos de Benin, que estavam ligados à colônia do Senegal desde julho de 1886, tornaram-se uma colônia autônoma em 1893, antes de tomar o nome de colônia de Daomé e dependências por um decreto de 22 de junho 1894. Essa ideia se explica no livro de G. François “notre colonie du Dahomey: sa formation, son développement, son avenir” N° 1, 1874, PP.13-17. A extensão do nome do Daomé, que originalmente designava apenas o reino de Danhomè, para toda a colônia respondeu tanto ao desejo de justificar e glorificar uma conquista relativamente difícil, evitando possíveis amálgamas com os territórios do reino de Benin anexados pelos britânicos (sudoeste da atual Nigéria). Daomé foi conquistado no sul antes que o colono prosseguisse à incorporação de sua parte norte a fim de ele estar consolidado no completo e assim, estando juntos aos demais territórios. Foi assim que vários tratados, convenções e

protocolos foram assinados entre alemães e ingleses que já estavam presentes nas colônias vizinhas assim a colônia foi limitada, como podemos notar nas escritas de G. François “notre colonie du Dahomey: sa formation, son développement, son avenir” N° 1, 1874, PP.19- 35. A nova colônia perdeu sua autonomia apenas em 1904, quando foi incorporada na África Ocidental Francesa (AOF), uma federação de oito territórios coloniais franceses na África: Mauritânia, Senegal, Sudão Francês (Mali atual), Guiné francês (atual Guiné Conakry), Costa do Marfim, Alta Volta (atual Burkina-Faso), Dahomey e Níger.

A colônia francesa do Daomé fica, portanto, localizada no Golfo da Guiné, limitada ao norte pelo Burkina Faso e pelo Níger, a leste pelo gigante da Nigéria e a oeste pelo Togo, Benim cobre uma área de 115.765 quilômetros quadrados e se espalha 670 km, do rio Níger até a costa do Atlântico, com 126 km de extensão. É atravessada por três rios: o Ouémé (400 km incluindo 200 navegáveis), o Mono (350 km dos quais 100 navegáveis) e o Couffo, o que deixa entender que ocupou o mesmo lugar conhecido hoje como “República do Benin”. Confere figuras 04 e 0



Figura 04: mapa da África colonial com Daomé



Figura 05: mapa da república do Daomé ao Benin

A colônia do Daomé ficará sob a direção da administração colonial francesa a partir dessa época, tornando-se território do ultramar francês em 1947, de acordo com dois decretos emitidos em dezembro de 1945 e fevereiro de 1946 removem as principais disposições do indigenato, fazendo parte então da “União Francesa”. Ao votar “SIM” para o referendo de 28 de setembro de 1958 que cria a quinta República e fazendo dos territórios comunidade francesa, a ex-colônia se tornou “República do Daomé”, enquanto a Guiné, o único que votou “NÃO” alcançou sua independência no mesmo ano. A nova República do Daomé tentou unir-se ao Senegal, o Sudão francês e o Alto Volta dentro da Federação do Mali, mas sem sucesso, pois desaprovado pela França sob pressão da metrópole e os federalistas finalmente derrotados nas eleições de abril de 1959. Só em 1 de agosto de 1960 que o país ganha sua independência, como podemos

ler nas ideias de Philippe David, *Le Bénin*, Karthala (1998, PP. 54-55). Eis a nova nação independente da República de Daomé, a política, a administração, a ordem nacional devem ser assegurados pelos próprios nativos. É aqui que começa uma nova fase na vida desse povo.

A vida política da nova república assim como a da maioria dos estados recém-nascidos foi marcada por vários episódios que nem sempre foram agradáveis. Assim muitos querem governar ao mesmo, o que alimentam muitos golpes de Estado que travaram o avanço político em alguns estados ou localidades. No caso da República de daomé, vários ataques ou golpes de Estado e mudança de governo e de presidente deixavam uma instabilidade sem igual na política do país. Como explicado nesse artigo do departamento dos Estados Unidos: *"Between 1960 and 1972, a succession of military coups brought about many changes of government. The last of these brought to power Major Mathieu Kérékou as the head of a regime professing strict Marxist-Leninist principles. The Parti de la Révolution Populaire Béninoise (Revolutionary Party of the People of Benin, PRPB) remained in complete power until the beginning of the 1990s"* "A Brief History of Benin." ThoughtCo, Feb. 7, 2017. Esses acontecimentos são analisados em várias literaturas que os separam ora em dois momentos, ora em três. Segundo o professor Ibrahim David Salami, podemos separar os momentos da política da República do Daomé pós-independência em três, de acordo com os vários acontecimentos. Nas palavras do professor (traduzida de francês)

Primeiro, o período de instabilidade (1959-1972) em que Daomé experimentou sete (07) constituições em 13 anos. Em 9 anos (outubro de 1963 a outubro de 1972), a vida política daomeana entrou em pânico, já que houve 5 golpes de sucesso e 3 tentativas. Em segundo lugar, o período de estabilidade revolucionária em detrimento da liberdade (1972-1990) constitui um período de ruptura com a ordem liberal anterior. Finalmente, o período de fortalecimento constitucional; e a democracia liberal veio a partir de 1990 (La ligne rouge constitutionnelle, I. D. Salami, 2017, P. 02)

Ideias semelhantes se encontram no artigo de Horace Sègnonna Adjolohoun quando ele escreve:

“Since it obtained independence on 1 August 1960 as Dahomey, Benin has had an eventful political and constitutional history. Between 1963 and 1972 the country experienced eight coups, adopted ten constitutions,¹ and had ten Presidents. Three major periods followed independence. The 1960–1972 decade was one of political instability and successive regime changes. Civilian and military regimes alternated. [...]O golpe militar de 26 de outubro de 1972 marcou o início de uma segunda era, quando o antigo presidente Mathieu Kérékou assumiu o poder e, posteriormente, estabeleceu o Partido Popular Revolucionário de Benin.[...] renowned Conférence des forces vives de la nation was held in February 1990.⁸ Constitutional and liberal democracy, the rule of law, separation of powers, and human rights have been at the heart of this third era of democratic revival which the country is still experiencing ” (em “BENIN” escrito Horace Sègnonna Adjolohoun, PP. 01-02).

Nos trechos, Adjolohoun mostra que a República do Benin conheceu três momentos na sua história de conjuntura democrática desde sua independência em 1º de agosto de 1960. Ele separa os momentos quase que da mesma forma com o autor anterior, com uma exceção quando ele disse que o país experimentou oito (08) golpes de Estado, contando as três, que o autor anterior classificou como *tentativas*, também como *golpes de estado*. Num ou noutro autor, o que podemos notar é que o período pós-independência registrou eventos que levam a classificá-lo nos três seguintes momentos de 1959 a 1972, de 1972 a 1990, por fim de 1990 até os dias de hoje.

O primeiro momento representa o marcado por golpes de Estado incessantes e uma instabilidade política sem igual. O segundo marcado pela ruptura com a ordem liberal com a tomada do governo pelo exército (os militares) dirigido pelo General Mathieu Kérékou, ao extinguir o conselho presidencial composto por três que iam governar país ao mesmo tempo. O novo governo do general será nomeado “governo militar revolucionário”. Em 1974 adotou o marxismo-leninismo e em 1975 trocou o nome da “República do Daomé” com “República popular do Benin”.

Nesses momentos o país experimentou várias constituições uma mais híbrida que outra, e cada golpe ou novo governo levava a uma nova constituição. Após esses dois momentos; vem o terceiro momento que é de 1990 até os dias de hoje. É esse período

que faz que fará o objeto de nossa análise aqui. O terceiro momento consequência do segundo é o que, de fato, tem tido uma base democrática fundamentada e guiada pela constituição que será adotada. No entanto, durante seu período de implementação da política de marxismo-leninismo, o país enfrentou muitas dificuldades econômicas que levaram à rejeição popular. Diante dessa situação o presidente decidiu convocar a “conférence des forces vives de La nation” (uma assembleia com todas as camadas da sociedade) para decidir sobre o futuro do país. Ato esse que será seguido pelos demais países do continente depois.

Acontecida durante dez dias, de 19 até 28 de fevereiro de 1990, essa conferência levou à adoção pelo referendo da constituição de 1990 a mesma que constituirá o guia da organização política e administração do país até hoje, no mesmo momento o nome do país mudou de “República popular do Benin” para “República do Benin”. Essa constituição teve um papel radical no que diz respeito à instauração de instituições e medidas de transição e também de garantia de direitos da pessoa humana. Ela foi a única dentre as diferentes conhecidas pelo país desde a sua independência que durou mais e que não registrou nenhum golpe de estado. Em outras palavras, 1990 foi a no de fortalecimento político. Fica nítido entender o motivo da escolha desse último momento da vida política. Pois não seria refletido usarmos momentos de instabilidade ou turbulência política para explicar instituições que temos hoje. Como dito por Adjolohoun no seu texto “[...] A democracia constitucional e liberal, o estado de direito, a separação de poderes e os direitos humanos estiveram no fundamento dessa terceira era de renascimento democrático que o país ainda está vivenciando” (Benin, Adjolohoun, p. 2). Nessa mesma linha, o professor Ibrahim Salami escreve: A nova ordem é a primeira a registrar sem problemas, 6 eleições presidenciais e 7 legislativas. Alternâncias regulares no topo do estado atestam a boa saúde, vitalidade e vigor da mais antiga das constituições beninenses. Graças a ela, o Benim passou da insegurança à sustentabilidade constitucional. É a melhor das nossas constituições porque trouxe uma solução eficaz para os nossos problemas; conciliando duas coisas: a liberdade (que perdemos de 1972 a 1990) e a estabilidade institucional e política (cuja falta sentimos de 1959) para 1972). (La ligne rouge constitutionnelle, I. D. Salami, 2017; P. 02). Em suma, a vida política da República do Benin desde 1990 ficou regida por essa carta magna que trouxe a democracia e a liberdade tanto econômica quanto política e até de opinião, instaurou instituições e funções (cargos) de governança que cabe analisar algumas aqui no nosso trabalho.

Através da constituição de 1990 e visto sua história sociopolítica conturbada, o Benin (República do Benin) optou por uma democracia presidencialista, com separação de poderes, o estado de direitos, os direitos humanos e outras características do constitucionalismo moderno. Ao especificar no seu artigo 26 inciso que “O estado garante a igualdade perante a lei, sem distinção de origem, de raça, de sexo, de religião, de opinião política ou posição social. O homem e a mulher são iguais em lei. O estado protege a família e especialmente a mãe e a criança. Ele cuida dos deficientes e idosos”, o estado garante uma igualdade de direito a todos. Ou seja, todos podem participar da causa pública da mesma forma sem nenhuma discriminação. Quando previu a soberania, a constituição garantiu alguns cargos representativos para a expressão e garantia dessa soberania. As principais instituições previstas na constituição são:

- a- O tribunal constitucional (a corte constitucional) art. 4, art. 114 s.
- b- O Presidente da República: art. 41 s,
- c- A assembleia (Câmara legislativa): art. 79 s.
- d- O conselho superior da magistratura: art. 127 s.
- e- A Corte suprema: art. 131 s.
- f- O supremo tribunal de justiça: art. 135 s.
- g- O conselho econômico e social: art. 139 s.
- h- A autoridade superior da audiovisual e da comunicação: art. 142 s.
- i- As comunidades territoriais: art. 150 s

O Presidente da República é o Chefe de Estado e de Governo, eleito por sufrágio universal direto por um período de cinco anos, renovável apenas uma vez.

A Assembleia Nacional (parlamento), a sede legislatura unicameral, é composto por 83 membros eleitos por sufrágio universal direto para um mandato de quatro anos e é responsável por legislar e controlar a ação do governo.

A Suprema Corte é a mais alta autoridade judicial nos campos administrativo, judicial e contábil. É independente do poder executivo e legislativo. O Presidente nomeia o Presidente do Tribunal por um período de cinco anos. O poder judicial é exercido, juntamente com o Tribunal, pelos demais tribunais e tribunais criados de acordo com a Constituição.

O Tribunal Constitucional é composto por 7 membros nomeados (4 pela Assembléia e três pelo Presidente) por um período de 5 anos e é responsável por assegurar a constitucionalidade das leis e regulamentos, a legalidade do funcionamento dos órgãos constitucionais e de transparência na eleição do Presidente da República. O Tribunal

Constitucional é o órgão que garante os direitos fundamentais dos indivíduos e das liberdades públicas. Qualquer cidadão pode pedir ao Tribunal para ouvir sobre uma questão de constitucionalidade ou questão relacionada aos direitos humanos. Web: www.cour-constitutionnelle-benin.org

O Supremo Tribunal de Justiça é composto pelos membros do Tribunal Constitucional, com exceção do seu presidente, seis deputados eleitos pela Assembleia e pelo Presidente do Supremo Tribunal. É competente para julgar o Presidente e os membros do Governo. A decisão sobre a admissão ao processo de queixas contra eles é votada por uma maioria de dois terços dos deputados da Assembleia, de acordo com o procedimento estabelecido pelo regulamento parlamentar.

O Conselho Económico e Social é composto por 30 membros nomeados por 5 anos. É responsável pela emissão de pareceres sobre projetos de lei, regulamentos ou decretos económicos e sociais apresentados pelo Presidente da República.

A Alta Autoridade Audiovisual e Comunicação é composta por 9 membros nomeados por cinco anos. É responsável por garantir o respeito pelos princípios deontológicos em termos de igualdade de acesso à informação e comunicação dos partidos políticos, associações da sociedade civil e cidadãos.

No preâmbulo, o povo expressa sua determinação em:

- Opor-se a qualquer regime político baseado na arbitrariedade, ditadura, injustiça, corrupção, regionalismo, nepotismo, confisco de poder e poder pessoal;
- Criar um Estado baseado no Estado de direito e na democracia, onde os direitos humanos fundamentais e liberdades, dignidade humana e justiça são defendidas, protegidas e promovidas conforme necessária condição para cada beninense para desfrutar de desenvolvimento em seu temporal, cultural e espiritual dimensões; e
- Defender e preservar a sua dignidade diante do mundo e recuperar o seu lugar e papel como pioneiros da democracia e da defesa dos direitos humanos.

O presidente da República, como previsto nos artigos é o chefe do estado e do governo, detentor da soberania e gestor da política nacional. Como podemos ver no art 54 da constituição “O Presidente da República é o titular do poder executivo. É Chefe de Governo e, como tal, determina e conduz a política da Nação, exerce o poder regulador, tem a Administração e as Forças Armadas e é responsável pela Defesa Nacional. Ele nomeia os membros do Governo depois de consultar o parlamento; ele fixa suas atribuições e põe fim às suas funções. Os membros do governo são responsáveis perante ele.” Dessa forma, a constituição previu um executivo monocéfalo,

ou seja, excluir a função de um primeiro ministro e vice-primeiro ministro. Na prática, ele teria que designar um dos seus ministros para assumir a coordenação da ação governamental enquanto ele estiver ausente no território por questão de saúde. Porém, essa atribuição temporária de função governamental não faria desse ministro um “primeiro ministro”. Contrariamente ao previsto pelo artigo 54, a República do Benin tem conhecido diferentes primeiros ministros em diferentes governos. Vários debates giraram em torno da questão da nomeação de primeiro ministro. Tanto **Web:** www.gouv.bj

Portanto o presidente dirige o país com auxílio de vários ministros nomeados por ele, e a quem ele confere diferentes funções.

CAPÍTULO 3: A metodologia utilizada

CAPÍTULO 3: Metodologia e Análise: Tradição e práticas

3.1 - Metodologia

A pesquisa usa a metodologia qualitativa, sendo que o assunto que estamos tratando precisa ser investigado com profundidade com menor número de variáveis. E como explicado por Grofman em “Seven durable axis of cleavage in Political Science” que, para uma pesquisa que envolve instituições, é difícil um trabalho puramente e somente empírico, por isso, nosso trabalho estará dialogando com o “normativo”. Ou seja, o trabalho será mais empírico que normativo, mas não exclui componentes normativos. Porque para entender melhor e ter objetividade num trabalho científico como ensina Weber, é preciso aprender as coisas como são, fazendo menos uso do juízo de valor, primeiro para poder falar delas em seguida, por isso, empírico e normativo. O trabalho descreve em primeiro lugar as formas tradicionais de organização políticas, em seguida as formas modernas (democráticas), e por fim, relaciona as duas formas, fazendo a comparação entre variáveis das duas formas de organização. É de certa forma explicar de qual forma as formas tradicionais dialogam com as modernas, fazendo uma coleta de dados a partir de técnica de leitura de textos, artigos, livros.

Tendo como primeiro precursor legalmente reconhecido Émile Durkheim, o método inspirou-se na explicação feita por John Stuart Mill sobre os métodos experimentais quando ele tratou das variações concomitantes. Segundo, Mill, O método comparativo se inspira no método das variações concomitantes de Mill tem propósito de interpretar as variações que apresenta um objeto social dado ao relacioná-las com as diferenças comprovadas no modo de ação de tal ou qual fator, em igualdade de circunstâncias. O mesmo entendia que esses métodos não eram aplicáveis às ciências sociais, mas foi contestado por Durkheim depois.

Como dito por Lijphart “Método comparativo” é definido como “um método de descobrir relação empírica entre as variáveis” (pp. 683). Estudiosos vêm discutindo as

relações entre método comparativo e política comparada, suas forças e fraquezas, e exemplos de estudo que o utilizou como um método de investigação. Lijphart sugere que o método comparado poderia ampliar sensivelmente a capacidade reflexiva dos cientistas políticos para uma posição intermediária entre os dois pólos. O avanço do conhecimento na disciplina exigiria, portanto, um esforço continuado de reflexão sobre o método comparado e seus limites, criando as condições para que os cientistas políticos atuassem como “conscious thinkers”. Meio século depois das preocupações originais de Lijphart e Sartori, a ciência política contemporânea experimenta elevado grau de refletividade. Com efeito, conjunto significativo de debates e uma nova geração têm aberto avenidas cruciais para o avanço da “consciência sobre o método”, trazendo à tona uma importante gama de temas e questões que moldam a produção de conhecimento na disciplina. (REZENDE, 2015, pp. 42). Um exemplo seria “as formas de governo” (LIMONGI, 2006).

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão a partir de um grupo social, de uma organização etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores baseados em métodos qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos, nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa. (Goldenberg, 1999). Como dito no nosso projeto que a pesquisa seria do tipo “empírico” que dialogaria com o “normativo”; será preciso fazer algumas comparações.

Um estudo de Badie mostra que “A política comparada não é apenas um setor da ciência política, mas sim um modo de pesquisar o conjunto dos fenômenos políticos, uma maneira de aprofundar na análise empírica e na teoria política em todos os setores do conhecimento. A reflexão comparativa pretende se impor como “maneira de ser” na ciência política, com algumas funções: conhecer e conhecer-se, compreender, relativizar e liberar. Badie, B. Hermet (1993; p. 7-59). O método comparativo segundo Smelser (1968, p.153) é adequado quando os dados não podem ser controlados experimentalmente e o número de casos é pequeno.

A mesma explicação se encontra em Lijphart (1971) quando ele retoma a proposição de Smelser da identificação dos três métodos e acrescenta referências ao método de estudo de caso. O objetivo dado é a explicação científica e, segundo o autor, A lógica dos métodos é a mesma do método experimental. A única diferenciação entre o método estatístico e o comparativo seria o número de casos, não havendo uma clara linha de divisão entre eles. O método comparativo é o substituto possível e imperfeito para o método experimental nas ciências sociais. A comparação é um método usado através da lógica da semelhança e da diferença com um número menor de variáveis que podem permitir estudar os pontos convergentes e os divergentes mais em profundidade entre essas variáveis.

Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa, tanto empírica quanto normativa na qual iremos usar o método comparativo a fim de levar à tona os resquícios das instituições do reino de danhomè presentes nas instituições vigentes na República do Benin (nome adquirido pelo ex-reino após sua independência em 1960).

3.2- As variáveis

Para um melhor aprofundamento do trabalho, iremos comparar então as instâncias de poder no reino de danhomè com as instâncias de poder na República do Benin, dando ênfase no período pós “conferência das forças vivas da nação” organizada pelo então presidente Mathieu Kerekou em fevereiro de 1990. Ou seja, nosso trabalho usará a técnica comparativa para relacionar elementos que são chamados hoje de “democráticos”, mas que já existiam no reino de Daomé. Sendo a pesquisa do tipo qualitativa a fenomenologia que busca compreender o significado que os acontecimentos têm para pessoas comuns, em situações particulares, enfatizando-se a importância da interação simbólica e da cultura para a compreensão do todo, no nosso caso, portanto, vai enfatizar a importância de apreender o ponto de vista dos nativos, ou seja, das populações locais.

E para uma análise mais estruturada e baseada, iremos usar variáveis como: a participação feminina na coisa pública, (que teria sido estudada pelas literaturas como um agregado moderno da democracia representativa); a divisão do poder (concentração ou apropriação do mesmo na mão de uma pessoa, ou se o rei governava já com

contrapesos de outros poderes) para ver se o poder no reino de Daomé já era limitado (uma separação do poder) bem antes da introdução da forma democrática (ocidental); os conselhos representativos (delegados de cada comunidade, família e etnia) na decisão pública, e a forma como a sucessão era feita nesses dois momentos do país. Por isso que será um número menor de “N” o que qualifica uma abordagem qualitativa ainda segundo Collier e Brady.

Partindo de duas das saídas propostas proposta por Lijphart (1971) aos problemas voltados para o uso do método comparativo que são: “Enfocar a análise comparativa em casos comparáveis: seria adotar os pressupostos do método da variação concomitante de Mill ou o que Przeworski e Teune chamam de “Most Similar System” ou adotar a perspectiva de comparação por área, como a América Latina, por exemplo, que maximizaria a semelhança entre sistemas”; e “Enfocar a análise em variáveis-chave: o uso de parcimônia na escolha das variáveis consideradas relevantes, compreendendo ser impossível utilizar todas as variáveis envolvidas, devendo ser escolhidas as teoricamente mais importantes.”; as variáveis de “N” menor que iremos analisar são:

- 1- Instâncias de governo (les ministres);
- 2- Divisão de poderes (judiciaire, parlement, executivo);
- 3- Participação feminina (mulheres no poder);
- 4- Sucessão e seleção de governantes;

A primeira variável apresenta-se relevante para nossa pesquisa, pelo fato de que ela permitirá examinar as características que determinam o governo nas duas épocas. Em outras palavras, ela vai permitir examinar se o governo era dividido em instâncias ou não. A segunda vai ajudar a analisar os mecanismos de contrapeso que existiram nos dois períodos. A terceira variável é relevante porque permitirá avaliar o que já havia de “*democrático*” ou não no reino. Por último, A quarta variável é importante, pois vai levar a estudar um ponto crucial de uma nação ou Estado-Nação estruturada e organizada que é as formas e rituais de sucessão no país durante os dois períodos.

3.3- Análise comparativa

Variáveis	Períodos do país	
	Reino de Danxomè	República do Benin
Instâncias do governo	Presidente e seus ministros	Presidente e seus ministros
Divisão dos poderes	Executivo, Legislativo Judiciário	Executivo Legislativo Judiciário
Participação feminina	Separação binária que dava direito de contrapeso feminino a todos os cargos	Participação feminina na República do Benin
Sucessão e eleição dos governantes	Hereditário	Por eleição

Quadro 01: As variáveis

Baseando-nos no quadro acima elaborado que não seria nada mais que o resumo das informações contidas nos capítulos primeiro e segundo deste trabalho; podemos fazer a comparação de elementos da organização político-administrativa dos dois momentos do país.

Em primeiro momento, a variável “instâncias do governo” pode ser analisada no período que define o país como reino ao investigar ou examinar a forma como o rei governava o país. Nesse aspecto, vimos no primeiro capítulo, o qual explica a organização política do reino, que o soberano (despótico ou monarca como podem referir-se ao mesmo), para dirigir o país, cercava-se de vários dignitários, nobres, e dos mais importantes que são os gbonougan (bonugã), ou seja, os ministros. Entretanto, o rei tinha ministros que o ajudavam no exercício de sua função como o Migan, o Mehou, o Yovogan, o Gaou e o Kposou, o Tokpon, o Adjaxo e o Akplogan entre outros. Nessa lista dos Gbonougan, temos os que correspondem ao cargo de primeiro ministro, e são assistentes permanentes do rei tanto na intermediação com o povo quanto junto aos

demais ministros. A presença desses gbonougan na organização política do reino danhomeano. Resumindo, tanto como a sociedade estratificada, o governo danhomeano também era dividido entre várias instâncias que facilitam sua administração e permitem que a política pública possa alcançar todas as camadas da sociedade. O país, após sua conquista colonial pela França, passou por vários momentos, da época de colônia francesa de Daomé, passando pela época de república de Daomé até a República de Benin atual. O país foi conturbado politicamente nos primeiros momentos pós-independência até instaurar a democracia em 1990. A partir desse momento (período moderno) da vida política do país, uma constituição democrática instaurada, a qual previu organização política do país.

Assim como a carta magna da maioria das sociedades modernas e contemporâneas, a constituição da República do Benin datada de 1990; previu a nomeação de ministros pelo presidente a fim de os mesmo auxiliá-lo no exercício de sua função de governar o país. Nessa mesma constituição, não foi previsto um cargo de “primeiro ministro”, sendo que o regime é presidencialista. Mas como explicado no capítulo anterior, na prática governos da República do Benin conheceram ministros que exerceram função de primeiro ministro. Esse ato levou nesses diferentes momentos a recorrer ao tribunal constitucional, a qual julgou “inconstitucional”, sendo que no mesmo artigo que confere ao presidente a liberdade de nomear seus ministros, foi previsto também a liberdade ao soberano de definir as atribuições de cada um dos seus ministros. No entanto, recorrendo-se a essa alínea do artigo, e a outros dispositivos jurídicos, o tribunal constitucional alega a conformidade da “escolha” ou “existência” de um primeiro ministro. E foi assim que os primeiros ministros que o país experimentou tiveram sua função homologada. Várias análises foram feitas sobre a questão até hoje, mas nenhuma delas se investiu em analisar conjuntamente. Ao olharmos mais a história do país desde seu momento de reino, a existência de um primeiro ministro ficou enraizada nas práticas político-organizacionais do país. Ter um primeiro ministro que controlasse o resto órgão executivo se tornou meio que costume ou prática que não se pode tirar da vida ou da cena política do mesmo, embora isso não tenha sido previsto na constituição. Seria reduzir a história política de um povo ao “zero” justificar a legalidade de um cargo de primeiro ministro não previsto pela constituição pelo simples fato de que a mesmo deu a liberdade para o presidente escolher os ministros e definir suas funções ou atribuições.

A segunda variável do nosso estudo que é a “divisão do poder” nos leva a examinar se o governante exercia seu poder sem limites ou se havia mecanismos que controlavam suas ações tanto no momento de reino quanto no de república do Benin atual. O reino de Daomé; como mostramos no primeiro capítulo, ao contrário do que podem mostrar várias literaturas que se referem a ele assim como a vários povoados pré-contato com os europeus e reduzem seus atos ora à barbaridade, ora à animalidade, ora à arbitrariedade; tinha protocolo que limitava o poder do soberano, ou seja, do rei monarca. O rei tinha seu poder contrabalanceado por vários mecanismos partindo das decisões dos seus próprios ministros até o papel da corte decisiva. O povo tendo o papel de parlamento tinha que julgar os atos do monarca, e suas decisões ou leis propostas tinham que passar pela aprovação, como se pode notar explicado em várias literaturas. Segundo A. Le Hérisse “Seus reis cuja autoridade justamente temida não se aplicava apenas, seja o que for que pensasse, em uma arbitrariedade brutal e irracional, haviam conseguido dar-lhe uma administração fortemente hierárquica, um exército permanente e embriões de serviços aduaneiros e judiciais. "O antigo reino do Daomé: moral, religião, história” (A. Le Hérisse, 1911, p.1). A. J Skertchly quanto a ele explica: Como pode-se supor, o rei é um monarca absoluto, cuja vontade dentro de certos limites, é lei. Isto, no entanto, só é verdade num sentido restrito, mesmo tão despótico um desafio do monarca é não contrariar os desejos da maioria dos seus súditos. A maioria das leis do país emana do rei, que passando pelo “ato Parlamentar” submete primeiro à opinião dos principais ministros. Se os ministros considerarem uma lei impolítico (contrário à prática de boa política), a idéia é abandonada, mas, se aprovarem sua adoção, ela é anunciada na próxima assembléia do tribunal, e os arautos são mandados para proclamá-la. Se, no entanto, qualquer um dos ministros desejar sugerir um aperfeiçoamento de um antigo decreto ou propor um novo, ele será feito em audiência pública e os prós e contras discutidos em público. (A.J.Skertchly 1874; pp. 443-444). E nas palavras de Savary: “Portanto, o poder real que parecia imensurável foi de fato limitado pelo respeito das tradições, pela influência dos ministros reais e pelos conselhos dos especialistas da religião” (SAVARY, *La pensée symbolique des fons Du dahomey*, 1975, PP.127-128).

Diante dessas ideias apresentadas pelos autores, podemos notar que apesar de grande poder que detém o rei soberano, vários eram os mecanismos postos para limitar seu abuso do mesmo. Dessa forma, podemos ressaltar que os mesmos ministros tinham também o papel de parlamento, pois mesmo as leis sendo propostas pelo rei, elas tinham

de ser submissas para a sua apreciação, e os mesmos podem propor projeto de emenda de algum decreto ou propor um novo. Nesse aspecto, eles podem aprovar como podem rejeitar a proposta do soberano sem que o mesmo tenha um poder que lhe permita colocar em prática leis que o parlamento não aprovou. Quanto ao povo, ele tinha caráter participativo quando se trata de decidir sobre o futuro de uma proposição de lei ou decreto, uma forma de *referendo*. Com um judiciário não muito claro embora existisse ministros de justiça que se encarregavam de julgar por atos impróprios, é de notar que os poderes eram divididos no reino. Não seria um otimismo exacerbado, da nossa parte, arriscar a afirmação de que o reino de Danhomè experimentou uma “democracia participativa” na qual o povo era associado às decisões. Portanto, entende-se que o soberano mesmo sendo despótico ainda tinha de escutar seus súditos ou pelo menos seus respectivos representantes, e levar os seus desejos em consideração na sua forma de fazer a política, o que, se não feito pode levar a sua destituição.

Na República do Benin atual, a divisão dos poderes é prevista pela constituição. Desse modo, podemos ver o poder do presidente contrabalanceado por outros poderes assim como o executivo e o legislativo. O legislativo que é responsável por propor leis e decretos; assim como analisar as proposições de lei, de decreto, de emendas advindas do presidente ou de algum membro de seu governo. O parlamento atua nas medidas previstas pela constituição, e pode barrar como levar em diante as sugestões do governo. Se o governo insatisfeito com alguma decisão, pode recorrer ao referendo do povo. Quanto ao judiciário, ele é órgãos como a Suprema Corte, o Tribunal Constitucional e O Supremo Tribunal de Justiça, todos independentes do executivo e do legislativo. A Suprema Corte é a mais alta autoridade judicial nos campos administrativo, judicial e contábil. O Tribunal Constitucional é responsável por assegurar a constitucionalidade das leis e regulamentos, a legalidade do funcionamento dos órgãos constitucionais e de transparência na eleição do Presidente da República. E por fim, O Supremo Tribunal de Justiça composto por membros do Tribunal Constitucional, com exceção do seu presidente, é competente para julgar o Presidente e os membros do Governo. Esses mecanismos presentes nas sociedades modernas e contemporâneas consistem em controlar o exercício do poder e evitar o abuso do mesmo.

Resumindo, a separação de poderes que sempre foi associada às sociedades modernas, e no contexto africano aos estados pós-contato com a organização colonial na verdade já era uma prática adotada em algumas sociedades africanas pré-coloniais como é o caso

do reino de Danhomè. Aqui o poder do monarca tinha contrapesos que não podiam deixá-lo governo com intolerância, arbitrariedade. Óbvio, não se pode ignorar a dureza pelo qual o mesmo reinava, a qual qualifica a maioria das sociedades do momento.

Na análise da terceira variável que é a “participação feminina”, examinemos a inclusão das mulheres na causa pública. No reino danhomeano que expusemos no primeiro capítulo, falamos do princípio binário que caracteriza a sociedade danhomeana. Segundo esse princípio, todo cargo ocupado por homem tinha sua contrapartida feminina. O que faz dessa sociedade uma sociedade matriarcal embora tenha se criado a partir de bases patriarcais, mudou ao longo do tempo. O reino chegou a experimentar uma rainha (rainha Hangbé), que as literaturas preferiram não levar à tona, ou simplesmente não comentar nas escritas. Durante o tempo de reino, o país integrou mais as mulheres na participação da coisa pública. Além de uma rainha, o país experimentou várias ministras por causa do princípio binário, e foi assim teve ministras de guerra (de defesa) que comandavam o exército feminino (Minõ, Ago’ndjè) que foi uma característica particular do país na época. As mulheres compunham a maior parte das forças armadas, e eram a maioria do exército com batalhões exclusivamente femininas dirigidas por mulheres. A presença das mulheres em todas as camadas organizacionais do país fez notar uma participação máxima das mulheres do país em tempo de reino. Essa participação feminina sofreu queda durante e depois do contato com os europeus. Em outras palavras, durante o confronto entre os soldados franceses em momento da conquista do país, as Mino (minõ) foram exterminadas. A nova estrutura instaurada pela administração colonial não incluiu as mulheres. Só depois da independência que o país voltou a incluir as mulheres na causa pública, apesar do tempo que isso levou. A esse respeito, a participação feminina na república do Benin foi crescendo com o tempo, apesar que não há nenhuma parte na constituição que garanta um limite de cargos para mulheres, como é de se notar nas sociedades modernas que tanto exaltam a participação feminina. Herança colonial, a exclusão das mulheres persistiu na república do Benin desde sua ascensão à independência em 1960 até 1988, e foi só em 1989 durante o governo do então general Mathieu Kérékou que as mulheres vão voltar à cena política com a primeira ministra da República do Benin Rfiatou Karimou. Esse primeiro momento da volta das mulheres à cena pública registrou 1,47 %. Essa taxa de participação foi crescendo com o tempo. O quadro (figura 07) abaixo mostra os números no que diz respeito à questão.

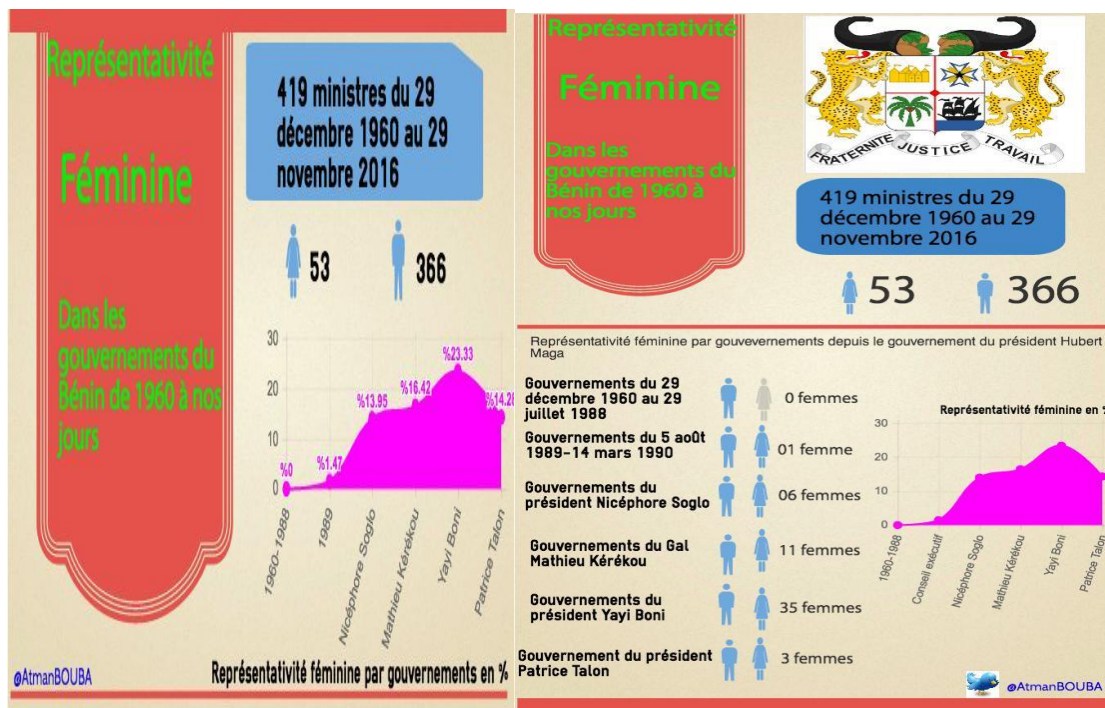


Figura 06: Representatividade feminina na política da República do Benin

Podemos notar que a participação feminina já era de cunha daomeana, e africana em geral. Hoje em dia, vários meios são criados para defender a inclusão das mulheres, coisa que o país já experimentou desde seu primórdio. Os organismos internacionais geralmente usam isso como contribuição para que a mulher possa ser incluída ou integrada no continente africano em geral. Isso sempre com a intenção de dizer que “estamos ensinando a eles” não é nada mais que tentativas de correção de “apagamento feminino” que fizeram quando foram se impor no continente, como foi o caso do exército feminino do Daomé assim como a reestruturação deixando a mulher à margem.

A escolha do governante no reino do Danhomè como foi explicada na exposição de seu sistema político é hereditária, seguindo a ordem de primogenitura. Uma herança que não se pode tomar no “stricto sensu”, pois ela é regularizada por normas próprias que não podem ser entendidas se pegamos nesse sentido restrito e generalizado. No entanto, o próximo soberano não era escolhido por eleições, porém designado pelo rei em função dentre seus filhos de não cuja origem seja não principesca. A escolha era feita com base também na consulta do destino desse, sendo que um príncipe podia ser afastado da chance de ser o próximo rei pelo simples fato de ser um nome que não carrega destino favorável. Só podiam estar dentro da lista na qual o pai designa os príncipes que o rei

teve depois que ele foi designado pelo pai e recebeu as mulheres que o pai escolhe para ele. Ou seja, se o príncipe tivesse algum filho antes desse momento, o filho não tinha direito de competir ao trono. A sucessão era concedida ao filho (macho) mais velho favorecido pelo destino. Quanto à República do Benin, a sucessão é aquela que se encontra nas sociedades moderno-contemporâneas, a qual “eleição” por votos a sufrágio universal. Ou seja, o presidente é eleito no sufrágio universal. A constituição do país limitou a duração de cada governo a cinco (05) anos, e renovável apenas uma vez, isso também é uma forma dentre várias da modernidade de impedir o exercício do poder por arbitrariedade. Pode-se concluir nesse ponto que dentre várias contribuições positivas trazidas pela modernidade, a forma de escolha de governante apresenta-se importante por várias razões. Além da diferença nas formas de escolha nos dois períodos “hereditária Vs eleição”, a contribuição moderna traz consigo a vantagem que é a de limitar as chances de exercício do poder, ao contrário do que podia se observar no reino onde o rei tinha de morrer no exercício, quando não feito, ele é desonrado.

3.4- Considerações finais do capítulo

Nossa análise feita nos pontos anteriores do capítulo leva a enxergar vários aspectos que os estudos que versaram sobre o país nunca fizeram questão de investigar. Os estudos versavam seja sobre a organização política da República do Benin, seja sobre a organização político-administrativa do reino de Daomé. Ou seja, não há estudos que tenham investigado as raízes da organização atual no passado organizacional. A análise comparativa feita neste capítulo deixou nítido que além das várias vantagens trazidas pela modernidade, há elementos presentes nela que encontram suas raízes desde a antiguidade. Seria um otimismo exagerado da nossa parte não reconhecer com a modernidade carregou-se consigo certas vantagens, as quais juntas às da antiguidade propiciaram uma organização política mais estruturada e mais organizada.

CONCLUSÕES

Este trabalho investigou a história política do país buscando elementos na organização atual cujas raízes se encontram no passado. Resultou da organização político-administrativa do reino de danhomè já apresentava uma complexidade que não pode ser ignorada, ou banalizada. a organização desse reino precisa ser estudada como ela foi a fim de dar-lhe as considerações necessárias que ela merece. Conquistado em 1894 pela França o país experimentou uma época de “colonização” e depois se tornou independente em 1960. Independência essa que o levou a uma nova forma de organização, a qual geralmente é por si só vista como uma herança colonial, fazendo limpo das formas antigas como se elas não tivessem nenhuma contribuição.

A pesquisa qualitativa, por meio da metodologia comparativa que é um método usado através da lógica da semelhança e da diferença com um número menor de variáveis que podem verificar os pontos convergentes e os divergentes mais em profundidade (tradição weberiana), permitiu examinar uns elementos da vida política danhomeana assim como da vida política da república do Benin.

Dessa forma, observou-se que ao contrário do que se pode imaginar ou o que se pode ver nas literaturas de cunho nórdico, nem todos os reinos qualificados na África como monárquicos faziam uso de uma “intolerância cega”, a qual impediria qualquer oposição a seus atos ou ações. No caso do país que foi nosso objeto de trabalho, na época em que ele era reino, o rei exercia sua função junto com os gbonougan que tinham papéis parecidos com o que os ministros têm na modernidade, ora primeiro ministro, ora ministro do interior, ora ministro de tribunal de justiça etc. Presentes nas formas de organização política moderna, esses elementos geralmente são associados apenas à modernidade, o que não é verdade. Os Gbonougan do reino de Daomé são os ministros no ocidente, ou seja, a diferença se situa na forma de nomear e não nas funções desempenhadas. O povo era associado às tomadas de decisões públicas nos casos nos quais não havia consenso entre o soberano e os Gbonougan; era o momento de legislar publicamente. Afirmar qualquer arbitrariedade do poder do rei no reino de Daomé seria dizer algo totalmente contrário aos fatos reais.

Além disso, outro ponto focal analisado neste trabalho que é a participação feminina da esfera pública mostra que as mulheres no reino do Daomé já participavam intensamente da política antes da colonização, tendo um controle sobre as funções dos homens, e constituindo o exército exclusivo e a maioria nas forças armadas. Toda essa estrutura foi destruída no momento das guerras de conquista (1894), extinguindo, assim, o exército

feminino e as raízes matriarcais da sociedade, e foi assim que as mulheres perderam a posição muito importante que ocupavam no reino de Daomé. A administração colonial não dando mais abertura ou liberdade às mulheres, elas se encontram excluídas da esfera pública nessa época colonial, e continuarão muito tempo depois da independência antes de a política dos nativos trazerem-nas de volta à cena política. É preciso entender a história real dos países para poder falar melhor deles.

Hoje em dia muitas campanhas através do mundo lutam pela inclusão das mulheres em posição de grande destaque tanto na política quanto na vida social em geral. A maioria das vezes é associada à África em geral uma imagem de sociedade feudal que cria barreiras para emancipação feminina, mas nenhuma das campanhas ressalta que tal hábito é uma herança colonial, um caráter exclusivo da política ocidental que foi implementada na colônia pela administração colonial. O que se pode notar na maior parte do tempo é que os nomes atribuídos ao rei, a apelação dos ministros, assim como de qualquer outra função no reino tem um caráter particular que representa uma identidade daquele povo. As apelações ocidentais não se coincidindo com essas, as produções literárias apenas banalizaram a existência de correspondentes desses cargos ocidentais nas formas tradicionais, e assim mediocrizando a complexidade que se pode encontrar nessas sociedades. É um reducionismo exacerbado que não faz questão de entender as coisas no seu contexto de origem, mas sim comparando-as com as imagens que se tem mais de seu lugar próprio. Entender o presente demanda um entendimento claro do passado, no entanto precisamos procurar no passado os elementos que têm servido de guia a presente a fim de pensarmos um futuro que faça valer esse passado e esse presente.

Notas:

Visto a falta de familiaridade com alguns nomes e temas usados no trabalho, por sua origem (língua fon), seria indispensável fazermos algumas indicações de pronúncias nessa sessão.

- 1- X (fon) = h, axosu = ahosú (rei)
- 2- Axovi = ahóví > “axo” de axosu, e “vi” =filho, então AXOVI = filho do rei (príncipe)
- 3- Danxomè ou Danhomè ou dahomey, ou daomé, ou dahomé designa o mesmo território, a escrita varia de acordo com a datação do texto que o contém.
Ler: danxomè = dãhomé, ou Daomé (escrita adotada pela língua portuguesa)
- 4- KP (fon) = p, Tokpon = topon (topõ),
- 5- Akplogan = Aplogã
- 6- Gan = chefe,
- 7- Agon'djè = agonjé (mulheres guerreiras, soldadas)
- 8- Na = nã (rainha)
- 9- Gb ler b, Hangbé = hanbê
- 10- Mi = nosso, nossa, nossos, nossas > mino (minõ) = nossas mães como eram designadas as guerreiras também,

Referências:

- 1- Atman BOUBA, La représentativité féminine dans les gouvernements du Bénin de 1960 à nos jours, le 29 novembre 2016
- 2- [Bénin] Tassi Hangbé, Histoire de la reine mère des amazones du Danxome
- 3- BORGES, André. "Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa". Revista BIB, n. 63, 2007, p. 47-62
- 4- COLLIER, David; Jason Seawright e Henry Brady. "Qualitative versus quantitative: what might this distinction mean?", *Newsletter of the APSA Organized Section on Qualitative Methods*, vol. 1, n. 1, 2003, p. 4-8
- 5- Dahomey as it is: being a narrative of six months living in that country, J.A. Skertchly, 1874
- 6- Glélé, Maurice Ahanhanzo. 1974. *Le Danxome: du pouvoir Aja à la nation Fon*. Paris: Nubia
- 7- GROFMAN, Bernard. 1997. "Seven durable axis of cleavage in Political Science", em: Monroe, K. (org.), Contemporary Empirical Political Theory, Berkeley: University of California Press, p. 73-86,
- 8- Harrel, Capt. Johns S., "The Kingdom of Dahomey," SAVAGE AND SOLDIER, Vol. XII, No. 3
- 9- Historical Dictionary of Benin De Mathurin C. Houngnikpo, Samuel Decalo, 2013, P. 43
- 10- "La pensée symbolique des Fons du Dahomey" Saravy, 1975,
- 11- Le blocus de Whydah (1876-1877) et la rivalité franco-anglaise au Dahomey, Cahiers d'Études africaines Année 1962, 7, pp. 373-419
- 12- LE DAHOMEY ET LA PLACE DE LA FEMME (article)
- 13- Le double héritage de l'Afrique / Simon-Pierre Ekanza in *Etudes*, N° 4045 (mai 2006)
- 14- LE HERISSE Auguste, L'ancien royaume du Dahomey. Moeurs, religions, histoire : Larose - Paris - 1911, 381 pp
- 15- MIDIOHOUAN, Thécla. "La Femme Dans La Vie Politique, Économique Et Sociale En République Populaire Du Bénin." *Présence Africaine*, no. 141, 1987, pp. 59-70. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/24351563
- 16- Nadia Beugré Héroïnes oubliées d'Afrique et de la diaspora noire PP. 1-
- 17- NOTICE S PUBLIÉES PAR LE GOUVERNEMENT GÉNÉRAL A L'OCCASION DE L'Exposition Coloniale de Marseille, LE DAHOMEY, 1906, Paris, , EMILE LAROSE, LIBRAIRE-ÉDITEUR

- 18- Reine Tassi Hangbé dans le royaume de Danxomè: Une avant-gardiste de la gent féminine, janvier 27, 2016 (artigo de jornal)
- 19-Valérie Kubiak / GEO Histoire - Lundi 23 mai 2016 (reportagem)
- 20- WEBER, Max. Ensaio sobre a Teoria das Ciências Sociais, parte I: "A objetividade do conhecimento nas ciências e na política sociais", p. 1-17 da edição de 2003 da Ed. Centauro

Sites:

- 1- <http://www.bj.jolome.com>
- 2- <https://www.gouv.bj>
- 3- <http://www.cosmovisions.com>